

# 2019

## Relatório e Contas



**BANCO  
MAIS**

Member of **BISON** Group

# ÍNDICE

ÍNDICE	2
01.	5
MENSAGEM	5
DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
02.	8
ESTRUTURA	8
ORGANIZATIVA	8
MODELO DE GOVERNO	8
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	10
03.	13
ENQUADRAMENTO	13
MACROECONÓMICO	13
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
ECONOMIA MUNDIAL	13
ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE	14
04.	18
EQUADRAMENTO DA ACTIVDADE	18
LINHAS DE NEGÓCIO	18
Desenvolvimento Tecnológico	21
Compliance	21
Jurídico	22
Risco	22
Auditoria	22
Recursos Humanos	23
05. ANÁLISE FINANCEIRA	25
06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
Demonstração da posição financeira	29
Demonstração da variação de capital próprio	30
Demonstração de fluxo de caixa	31
1.1. <i>Bases de apresentação</i>	32
1.2. <i>Julgamentos e estimativas contabilísticas significativas</i>	33
1.3. <i>Políticas contabilísticas</i>	34
2. <i>Margem financeira</i>	57
3. <i>Resultados com serviços e comissões</i>	58
4. <i>Resultado em operações financeiras</i>	58
5. <i>Gastos com pessoal</i>	59
6. <i>Outros gastos operacionais</i>	59
7. <i>Outros rendimentos operacionais</i>	60
8. <i>Impostos</i>	60
8.1. <i>Imposto sobre o rendimento</i>	60
8.2. <i>A reconciliação da taxa efectiva de imposto é apresentada como se segue:</i>	61
8.3. <i>Os movimentos nos impostos diferidos são os que constam no quadro abaixo:</i>	61
9. <i>Resultado por acção</i>	62

10.	<i>Caixa e disponibilidade no Banco Central</i>	62
11.	<i>Disponibilidades em outras instituições de crédito</i>	63
12.	<i>Empréstimos e adiantamentos a bancos</i>	63
13.	<i>Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	64
14.	<i>Empréstimos e adiantamentos a clientes</i>	64
15.	<i>Activos financeiros ao custo amortizado</i>	65
16.	<i>Outros activos</i>	66
17.	<i>Activos não correntes detidos para venda</i>	67
18.	<i>Activos por impostos correntes</i>	67
19.	<i>Activos tangíveis</i>	67
20.	<i>Activos intangíveis</i>	68
21.	<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	69
22.	<i>Recursos de clientes</i>	69
23.	<i>Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos</i>	70
24.	<i>Outros passivos</i>	70
25.	<i>Provisões</i>	70
26.	<i>Capital social e reservas</i>	71
26.1	<i>Capital social</i>	71
26.2	<i>Reservas</i>	72
27.	<i>Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos</i>	72
28.	<i>Partes relacionadas</i>	72
29.	<i>Locações</i>	73
29.1.	<i>Activos de direito de uso</i>	73
29.2.	<i>Passivo total descontado</i>	73
29.3.	<i>Reconhecimento na demonstração de resultados</i>	74
29.4.	<i>Fluxo de Caixa</i>	74
30.	<i>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</i>	75
31.	<i>Justo valor</i>	75
32.	<i>Contingências</i>	78
33.	<i>Gestão do Risco, objectivos e políticas</i>	78
34.	<i>Acontecimentos após a data de balanço</i>	89
35.	<i>Novos pronunciamentos contabilísticos</i>	90
	<b>07. OPINIÃO DO AUDITOR EXTERNO</b>	<b>93</b>
	Relatório dos Auditores Independentes	Erro! Marcador não definido.
	<b>08. OPINIÃO DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>96</b>
	<b>09. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM A CIRCULAR nº3/SHC/2007</b>	<b>99</b>



**Somos um parceiro  
incontornável nas suas  
decisões de investimento**

Colocamos à sua disposição  
MAIS oportunidades de  
negócios.

**我们是您投资决策中不可或  
缺的合作伙伴**

**我们为您提供更多的商机**



**BANCO  
MAIS**

O seu parceiro  
de negócios.

# 01.

## MENSAGEM

### DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Clientes e Prezados Accionistas do **Banco MAIS**,

O ambiente macroeconómico, apesar de apresentar sinais de melhoria, continuou desafiante durante 2019, tendo observado uma desaceleração do crescimento do produto interno bruto no último quadrimestre do ano, acompanhada da subida de inflação. Isto resultou de choques na procura externa, calamidades naturais (ciclone Idai e Kenneth) e reduzido investimento privado.

Segundo dados do INE, a inflação acumulada foi de 3.50% no final do ano, estando próxima ao nível da de 2018, e o PIB situou-se nos 2.03%, tendo ficado abaixo das previsões esperadas para 2019 (4.1%).

Foram notáveis as medidas tomadas para promover um contexto político favorável, estabilidade social, redução gradual da taxa de juro e política monetária segura e estável que levaram à relativa estabilidade do metical e melhoria do clima de investimento, cujos efeitos foram a melhoria do índice de clima económico do País

Ainda assim, apesar dos desafios, o banco conseguiu manter a tendência positiva verificada no início do ano e atingir, pela primeira vez os resultados positivos após impostos. O Banco MAIS demonstrou a determinação em prosseguir os objectivos traçados pelo Conselho de Administração no desenvolvimento do negócio, diversificar as carteiras, controlar os custos e recuperar os créditos em risco dos anos passados. Nestes termos, em 2019 os indicadores de volumes de negócio tiveram crescimento notável, sendo que a margem financeira e produto bancário aumentaram em 53% e 42% respectivamente, enquanto os custos operacionais e administrativos cresceram apenas em 14%; melhorando o *cost to income* para os níveis de 82%. Igualmente, pode ser vista a positiva rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 17.60%, devido a lucros registados de 162 milhões de meticais, e crescimento de crédito bruto na ordem de 25%, maior que os 2,5% verificados pelo sistema financeiro nacional.

Além disso, o ano foi marcado pelo crescimento do número de clientes na ordem de 52%, aumento de parque de maquinas POS em 89% lançamento de serviço de transferências internacionais (*RealTransfer*) e o arranque do projecto para o reforço da capacidade de (*Desaster Recovery* e de *Cibersegurança*).

Os accionistas do Banco MAIS continuam totalmente comprometidos com *valores* e *objectivos* da instituição. Neste sentido, o mais recente acionista, BISON Capital Financial Holding, após a sua entrada no quadro de acionistas em 2018, realizou, em meados de 2019, mais um aumento do capital social de 212.798.178,00 Meticais, elevando o Capital Social até 1.462.798.176 Meticias. Cientes das necessidades da nossa crescente instituição e dos requisitos do regulador, os accionistas continuarão a enveredar os esforços para garantir o cumprimento rigoroso dos limites dos capitais.

O Presidente do Conselho de Administração, em nome de todo o Conselho de Administração, quer agradecer a todos os Clientes pela confiança depositada no Banco MAIS, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2019 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, dedicação e tempo despendido durante este ano.

O Presidente do Conselho de Administração



Narciso Matos

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2019

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras anuais, as quais dão uma imagem verdadeira da situação financeira real da sociedade e dos resultados das operações do exercício.

O Conselho de Administração partilha e é da opinião de que as demonstrações financeiras apresentadas reflectem a imagem fiel da situação financeira da sociedade bem como os resultados das operações do exercício de 2019.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2020.

Em nome de todos os membros do Conselho de Administração, gostaríamos de deixar aqui expressos aos nossos estimados clientes a nossa profunda gratidão e pedir-lhes que continuem a confiar no Banco MAIS S.A.

Os nossos agradecimentos são extensivos a todo os colaboradores, pelo seu esforço e desempenho demonstrados durante 2019, encorajando-os a prosseguir nessa via para que 2020 seja um ano próspero para o Banco MAIS S.A..

Finalizando, agradecemos aos accionistas que continuam a acreditar na instituição, mantendo o apoio contínuo, para que o Banco tenha sucesso.

Pelo Conselho de Administração



Narciso Matos



Valentim Chernysh



Bian Fang

0

Joel Sibrac



Mehdi Gharbi



## 02. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

- MODELO DE GOVERNO
- ESTRUTURA SOCIETÁRIA

### MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo do Banco está estabelecido nos seus Estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 13/05, de 30 de Setembro). Os Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, Fiscal Único.

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos. Tem como principais competências:

- Eleição e aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos sociais;
- Apreciação do Relatório Anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do Banco, tendo em consideração o parecer do Fiscal Único;
- Deliberação sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração; e
- Deliberação sobre alterações aos estatutos.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por nove membros que efectuam o acompanhamento geral do Banco, definem as estratégias de actuação e deliberam sobre as matérias mais relevantes para o desenvolvimento do Banco.

#### COMISSÃO EXECUTIVA

A gestão executiva do Banco é assegurada por três administradores executivos, designados pelo Conselho de Administração, que dispõem de amplos poderes de gestão para a condução da actividade do Banco.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se, no mínimo, duas vezes por mês e sempre que sejam convocadas pelo seu Presidente.

Ao longo de 2019, a Comissão Executiva implementou, sob a sua supervisão, estruturas, controlos e processos com vista a assegurar e monitorizar as actividades do Banco, quer as de gestão corrente quer as de valor estratégico para a organização. Instituiu novos Departamentos que, em conjunto com os Órgãos Colegiais, asseguraram a monitorização das várias áreas organizacionais.

**Órgãos Colegiais:** Comité de Coordenação, Comité de Auditoria, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco, Comité de Crédito, Comité de Auditoria, Comité de Negócios, Comité de IT e Comité de Recursos Humanos.

**Comité de Coordenação:** O Comité de Coordenação, que se realiza mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis dos departamentos. Tem como função avaliar, em termos globais, o desempenho das actividades do Banco, identificar os pontos de estrangulamento e definir planos de actuação interdepartamental com vista a alcançar as metas definidas.

**Comité de Auditoria:** O Comité de Auditoria analisa, avalia e recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade. O Comité de Auditoria desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo interno.

**Comité de Gestão de Activos e Passivos:** O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) tem uma periodicidade mensal e é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis dos Departamentos de Tesouraria e Mercados, Gestão de Risco e Planeamento e Controlo. O Comité avalia, mês a mês, a evolução da conta de exploração do Banco, identificando eventuais desvios de liquidez, de taxas de juro e de taxas de câmbio.

**Comité de Crédito:** O Comité de Crédito realiza-se semanalmente e é constituído pelo do Departamento de Crédito, Departamento Comercial, Departamento de Gestão de Risco, Departamento Jurídico e membros da Comissão Executiva. Tem como funções deliberar sobre as operações de crédito a clientes e acompanhar a evolução da qualidade da carteira de crédito.

**Comité de Gestão de Risco:** O Comité de Gestão de Risco, realizado mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento de Gestão de Risco, Crédito e Planeamento e Controlo. Tem como função monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco, zelando pelas políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco, bem como analisar a eficácia do processo de gestão de riscos.

**Comité de Negócios:** O Comité de Negócios, que tem periodicidade mensal, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento Comercial e Marketing. Tem como função fazer o acompanhamento das iniciativas de âmbito comercial, propondo estratégias de actuação conducentes à aceleração da evolução do negócio de cada segmento de Clientes.

**Comité de IT:** O Comité de *IT - InformationTechnology* realiza-se mensalmente e o seu quórum é constituído pelos membros da Comissão Executiva, pelos Responsáveis de Departamentos e de Projectos em curso. Tem como função a priorização, orçamentação e o acompanhamento de todos os projectos estruturantes, enquadrados no âmbito de IT.

## FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Banco. De entre várias competências, destacam-se:

- Acompanhar e fiscalizar, com regularidade, o cumprimento dos regulamentos contabilísticos aplicáveis, a situação financeira e patrimonial do Banco e analisar a contabilidade;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e sobre as contas de Administração para cada exercício, incluindo documentos de certificação legal de contas anuais;
- Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de Gestão do Banco;

Este cargo é desempenhado pela empresa de Auditoria DELLOITTE & TOUCHE (Moçambique) LDA.

### AUDITOR EXTERNO

A auditoria externa é assegurada pela Ernst & Young, Lda. O Banco considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

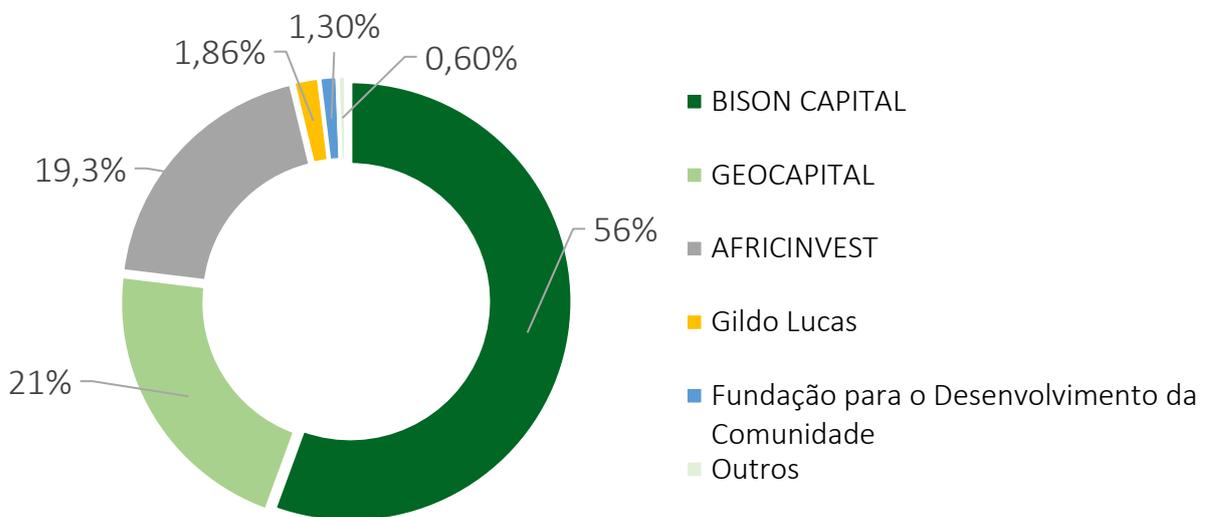
### COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
<p><b>PRESIDENTE</b> Gildo Santos Lucas</p> <p><b>VICE-PRESIDENTE</b> Lourenço Uate</p> <p><b>SECRETÁRIO</b> Iuri Samsser Khan</p>	<p><b>PRESIDENTE</b> Narciso Matos</p> <p><b>VOGAIS</b> Bian Fang Joel Sibrac Mehdi Gharbi Valentim Chernysh</p>
COMISSÃO EXECUTIVA	FISCAL ÚNICO
<p><b>PRESIDENTE</b> Luís Veloso de Almeida</p> <p><b>ADMINISTRADORES EXECUTIVOS</b> Anselmo Cunhete Valentim Chernysh</p>	<p>DELOITTE &amp; TOUCHE (Moçambique) LDA</p>

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Banco MAIS é um banco focado no segmento empresarial que presta um serviço completo de banca comercial aos seus clientes, através das suas sete Unidades de Negócios distribuídas pelo País. Em 2019, o Banco MAIS reforçou os seus capitais próprios através de um aumento de capital em 212.798.178,00 MZN elevando o valor do mesmo para 1.462.798.178 MZN. A distribuição das acções por cada acionista é demonstrada no quadro ao abaixo.

### Estrutura Accionista



O Banco MAIS integra na sua estrutura accionista as entidades e indivíduos de várias geografias, nomeadamente, Moçambique, Macau e Hong Kong (China), Maurícias.

A **BISON Capital Financial Holding Co Ltd** entrou na estrutura societária em 2018 por via de subscrição das acções e aumento de capital. Em 2019 este acionista reforçou a sua posição com novo aumento de capital, continuando ser o maior accionista do Banco MAIS ao deter 55,56% do capital.

A **BISON Capital Financial Holding Co Ltd** é uma holding multinacional de investimentos que actua em diversas áreas, com investimentos no sector financeiro e também no sector dos *media* e saúde. A estratégia da BISON baseia-se na alocação de recursos financeiros a nível mundial. Conta com uma equipa profissional de gabarito internacional focada na materialização das novas oportunidades de crescimento das empresas do grupo e potencia a formação de importantes alianças estratégicas em vários sectores de negócios.

No mercado financeiro asiático, a BISON estabeleceu uma plataforma global de gestão de património em Hong Kong e mantém parcerias estratégicas estreitas com diversas instituições financeiras na China.

A **Geocapital – Gestão de Participações, S.A.** e a **AfricInvest Financial Sector Limited**, que entraram na estrutura accionista do Banco em 2014, são entidades com um forte conhecimento e experiência na gestão de instituições

financeiras em África. Desenvolveram ao longo dos anos uma rede de parceiros internacionais de relevo, facilitando as ligações a Portugal, China, Macau, Hong-Kong, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Tunísia e França.

A **Geocapital** construiu uma rede de relações privilegiadas no contexto da sua actuação no quadro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A **AfricInvest** tem merecido a distinção de um relacionamento muito especial com a IFC do Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o African Development Bank, a Agência de Desenvolvimento Francesa e o Banco de Desenvolvimento da Holanda.

**Gildo Lucas** é o maior acionista individual do Banco, continua ligado à origem do Banco MAIS (anteriormente denominado Banco Tchuma, sendo o fundador deste banco). Renomado executivo e doutorado, ele é portador do DNA da instituição.

A **FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade** é uma instituição privada sem fins lucrativos com uma forte presença em Moçambique desde 1994, que visa fortalecer as capacidades das comunidades desfavorecidas com o objetivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique. As principais áreas de atuação da FDC são a educação, saúde, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar, género e ambiente.

O Gildo Lucas e a FDC são accionistas fundadores do Banco Tchuma que actualmente é Banco MAIS S.A.

## 03.

### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

- ECONOMIA MUNDIAL
- ECONOMIA MOÇAMBICANA
- POSICIONAMENTO DO BANCO MAIS NO SECTOR FINANCEIRO

### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

#### ECONOMIA MUNDIAL

A actividade económica mundial desacelerou em 2019 e perspectiva-se um crescimento mais tímido em 2020, num contexto de contínuo abrandamento da procura global e de incertezas relativamente aos impactos finais do Covid-19 (vide caixa 2 para mais detalhes). Enquanto isso, o aumento dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis tem criado pressões inflacionárias nos principais blocos económicos. Contudo, os níveis actuais de inflação e respectivas projecções de médio prazo mantêm-se, no geral, dentro das metas.

A economia mundial cresceu 2,9% em 2019, segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional, depois de ter aumentado 3,7% em 2018.

Região	Estimado		Previsão
	2018	2019	2020
Economia Mundial	3,6	2,9	3,3
Economias Avançadas	2,2	1,7	1,6
EUA	2,9	2,3	2
Zona Euro	1,9	1,2	1,3
Alemanhã	1,5	0,5	1,1
Reino Unido	1,3	1,3	1,4
Japão	0,3	1	0,7
Emergentes e em Desenvolvimento	4,5	3,7	4,4
Brasil	1,3	1,2	2,2
Índia	6,8	4,8	5,8
China	6,6	6,1	6
África Subsaariana	3,2	3,3	3,5
África do Sul	0,8	0,4	0,8

Fonte: FMI/WEO

Dados provisórios do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgados na publicação World Economic Outlook (WEO) de Janeiro de 2020, mostram que a economia mundial desacelerou, em 2019, como resultado de choques combinados na procura e oferta global. Com efeito, o agravamento da tensão comercial e geopolítica condicionaram o desempenho da indústria transformadora e o sector do comércio.

Adicionalmente, as condições climáticas menos favoráveis, como secas e furacões nalgumas regiões do globo, limitaram a expansão da produção.

Para 2020, espera-se uma aceleração do crescimento económico global, motivada pela recuperação do investimento global e dissipação de alguns dos constrangimentos dos sectores automóvel e tecnológico, mas que se situará abaixo das projecções avançadas em Outubro de 2019, devido as perspectivas de uma demanda interna e nível de investimento ainda tímidos nas economias emergentes.

Dados preliminares indicam que no IV trimestre de 2019 a economia americana cresceu, em termos anuais, em 20 pb em relação ao trimestre precedente, reflectindo a boa dinâmica da procura interna (níveis altos de consumo) e desempenho favorável do mercado de trabalho. Por seu turno, verificou-se um abrandamento do crescimento económico na Zona Euro em resultado do efeito combinado da baixa procura interna e externa.

No IV trimestre de 2019, o crescimento económico da China estagnou em relação a igual período do ano anterior, reflectindo, entre outros factores, a fraca demanda interna e externa, e os efeitos da tensão comercial com os EUA. Na Índia, o PIB do III trimestre desacelerou 50 pb, traduzindo a queda do investimento interno e da procura doméstica.

## ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

No quarto trimestre de 2019, o PIB continuou a crescer de forma moderada ao registar uma taxa de 2,03%, depois de 2,01% no terceiro trimestre, enquanto a inflação manteve-se estável abaixo de 5% ao longo do ano de 2019. O fraco crescimento da economia reflecte os choques na procura externa, com impacto significativo nas exportações, num cenário em que a procura interna continua reprimida, apesar da injeção de liquidez pelo Estado na última parte do ano e da ligeira recuperação do crédito. Para o primeiro trimestre de 2020, espera-se uma melhoria da economia moçambicana, sustentada pela recuperação dos sectores da agricultura e da construção, na sequência dos esforços de reconstrução pós ciclones, e pela continuidade da melhoria da confiança dos investidores em face do pagamento de atrasados pelo Estado. Em relação à dinâmica dos preços, as projecções do Banco de Moçambique para o médio prazo indicam uma aceleração da inflação, mantendo-se, ainda assim, em torno de um dígito.

## ACTIVIDADE ECONÓMICA

No IV trimestre de 2019, o PIB anual continuou a registar um fraco crescimento. Dados preliminares do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), mostram que a economia nacional cresceu, em termos anuais, em 2,03% no IV trimestre de 2019, 87 pb abaixo do período homólogo de 2018, mas 2 pb acima do nível registado no trimestre anterior. Este desempenho é explicado pela contracção do comércio e da indústria transformadora, associada a menor dinâmica da indústria extractiva, que reflectem, essencialmente, a procura interna ainda reprimida e a fraca procura externa, respectivamente.

Comparativamente a 2018, o PIB desacelerou em 120 pb para 2,2%, devido, fundamentalmente, ao impacto negativo dos ciclones Idai e Kenneth sobre a produção, sobretudo a agrícola 2 , bem como nas

infraestruturas, num contexto de procura interna ainda reprimida e choques na procura externa, com impacto negativo nas exportações, sobretudo dos grandes projectos.

Classe empresarial fecha 2019 com relativo optimismo. A confiança dos empresários, avaliada pelo Índice de Clima Económico (ICE), consolidou, ainda que de forma tímida, a perspectiva de melhoria da actividade económica iniciada em Novembro de 2019. Esta ligeira melhoria reflecte o efeito combinado da avaliação favorável das perspectivas dos preços e da procura, amortecida pela continuação do declínio do emprego actual. Entretanto, em Janeiro de 2020, o Índice de Produção Industrial (PMI) inverteu a tendência ascendente dos últimos 3 meses, devido, essencialmente, ao abrandamento no crescimento das novas encomendas, redução na aquisição de meios de produção, queda da confiança das empresas e redução dos preços de venda, apesar de existir uma maior pressão nos custos de produção.

## EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO

Os dados publicados pelo INE evidenciam o abrandamento do nível geral de preços ao longo de 2019, justificado, por um lado, pela relativa estabilidade do Metical face ao Dólar Americano, e por outro lado, pelo efeito combinado de menor procura e maior oferta de bens alimentares, resultante das condições climatéricas favoráveis que contribuiu positivamente no desempenho do sector produtivo.

A inflação dada pela variação do IPC (Índice de Preços do Consumidor), situou-se em 3,50% y/y no fecho de Dezembro de 2019, o nível mais baixo desde 2014, o que representa uma diminuição de 0,2 pontos percentuais comparado ao período homólogo do ano antecedente.

Relativamente à inflação por área geográfica, as cidades de Maputo, Beira e Nampula registaram aumentos de preços na ordem de 1,80%, 7,01% e 4,54%, respectivamente. Estes dados revelam que a cidade da Beira registou o maior agravamento do nível de preços no país, explicado pelo aumento do consumo durante o período da quadra festiva. A manutenção de uma inflação esperada (“forward looking”) em torno de um dígito, cria espaço para a continuidade do ciclo de redução das taxas de juro na economia, impulsionando a procura agregada no mercado de crédito, num contexto em que o país espera acolher avultados investimentos de capital intensivo no sector de hidrocarbonetos.

O Banco Central alertou a prevalência de riscos que podem defraudar as expectativas de uma inflação baixa e estável a curto e médio prazos, nomeadamente o elevado endividamento público, bem como as incertezas quanto à evolução dos preços dos bens administrados e choques exógenos decorrentes do arrefecimento do crescimento global, com impacto no comércio externo e flutuação de preços internacionais de bens de importação e exportação.

## MERCADO CAMBIAL E MERCADO MONETÁRIO

Em 2019, a taxa de câmbio do Metical face ao Dólar americano, sofreu uma depreciação de 4,26%, explicado pelo fortalecimento do Dólar no mercado internacional, e por uma maior procura de divisas no Mercado

Cambial Interbancário (MCI). No fecho de Dezembro, a taxa de câmbio média praticada pelos bancos comerciais com o público situou-se em 61,47 MZN.

A depreciação da moeda nacional na parte final do ano justifica-se pela maior pressão no mercado cambial resultante de maior procura de divisas para pagamento de facturas externas, não obstante, as regulares intervenções do banco central no MCI.

As perspectivas no curto prazo apontam para uma tendência de estabilização cambial, tendo em conta as melhoria das condições macroeconómicas, aliadas às expectativas de aumento de liquidez em moeda externa, decorrente do incremento das exportações dos megaprojectos e avanços no desenvolvimento dos projectos de gás natural no norte de Moçambique, com impactos económicos e financeiros significativos, nomeadamente ao nível da balança comercial do país e fortalecimento das reservas internacionais.

Do lado monetário, a projecção de uma inflação em torno de um dígito, no curto e médio prazo, permitiu ao Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique, no final do ano, reduzir a taxa de juro de política monetária (MIMO), em 150 pb, para 12,75%, mantendo o ciclo de redução iniciado em meados de 2018. No mesmo sentido, foi reduzida em 150 pb as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) para 9,75% e 15,75%, respectivamente. No entanto, mantiveram-se inalterados os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional (13%) e em moeda estrangeira (36%). A Prime Rate do Sistema Financeiro fixou-se em 18%, o nível mais baixo dos últimos 12 meses, sinalizando a eficácia do mecanismo de transmissão da política monetária. Apesar dos cortes nas taxas de juro, o crédito ao sector privado cresceu lentamente, a reflectir por um lado, a fraca dinâmica da actividade económica, e por outro lado, a menor procura no mercado de crédito, o que influenciou a aplicação de liquidez da banca comercial em instrumentos do MMI e títulos de dívida pública.

## SECTOR BANCÁRIO

O crescimento do crédito abranda em Dezembro. Após aumentos mensais consecutivos desde Setembro último, em Dezembro o crédito reduziu em 3,5%, a reflectir essencialmente: (i) a amortização das dívidas que as empresas detém perante a banca, após o pagamento de atrasados do Estado, e (ii) saneamentos efectuados na carteira de crédito. Em resultado dessa queda, a variação acumulada passou, em Dezembro, para 5,1%, ainda assim o padrão de contribuição do crédito à economia por sectores institucionais não alterou, continuando as empresas privadas a ter maior peso na variação acumulada. Em termos anuais, o crescimento de 5,1% representa uma aceleração de 90 pb. A desagregação do crédito por moedas, mostra que a componente em moeda nacional é a que mais contribuiu para o incremento total deste agregado, com uma participação de 9,4 pontos percentuais (pp), na variação total, perante uma contribuição negativa (de 4,3 pp) da componente em moeda estrangeira.

O rácio do crédito em incumprimento manteve-se estável, ao se fixar nos 10,2%, em Dezembro de 2019, após 9,8% em Outubro do mesmo ano, numa conjuntura em que os saneamentos continuam a ganhar expressão na redução da carteira de crédito, factor que poderá estar a pesar na decisão de concessão de novos créditos.

## SECTOR EXTERNO

Em 2019, o saldo da balança comercial deteriorou em USD 1.110 milhões devido ao aumento das importações, combinado com a redução de exportações, sobretudo as dos grandes projectos. Do lado das importações, realça-se o aumento da importação de bens de capital (maquinaria), material de construção e automóveis.

Por seu turno, a redução das exportações resultou do efeito combinado (i) da queda dos preços internacionais das mercadorias e (ii) do impacto negativo dos ciclones Idai e Kenneth sobre a produção e escoamento de alguns produtos de exportação, tais como carvão mineral, rubis e areias pesadas. No caso do alumínio, os níveis de produção e consequente exportação foram condicionados pelas restrições no fornecimento de energia eléctrica.

Apesar da deterioração da balança comercial, a conta corrente registou ganhos na ordem de 31,3%, a reflectir a redução no défice da balança de serviços. O saldo das reservas internacionais brutas aumentou para USD 3.921 milhões, valor suficiente para cobrir mais de 6,8 meses de importações de bens e serviços, excluindo as importações dos grandes projectos.

## PRESPECTIVAS DE INFLAÇÃO 2020

Segundo o Banco de Moçambique, as perspectivas são de uma aceleração da inflação mantendo-se, entretanto, na banda de um dígito e de uma ligeira recuperação do crescimento do PIB real em 2020. As projecções do BM indicam uma aceleração da inflação anual de Moçambique, reflectindo, essencialmente, (i) as perspectivas de maior pressão na taxa de câmbio do Metical, (ii) maior probabilidade de revisão em alta dos preços administrados, (iii) perspectivas de aumento do preço médio do Brent e dos alimentos no mercado internacional, bem como, (iv) os efeitos dos choques climatéricos nas zonas centro e norte do país. Quanto à dinâmica da actividade económica, mantém-se a perspectiva de recuperação do crescimento do PIB em 2020, suportada, essencialmente, pela implementação dos projectos de exploração de gás, mantendo-se, porém, aquém do seu nível potencial.

## 04. EQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

- LINHAS DE NEGÓCIO
- SUPORTE DO NEGÓCIO

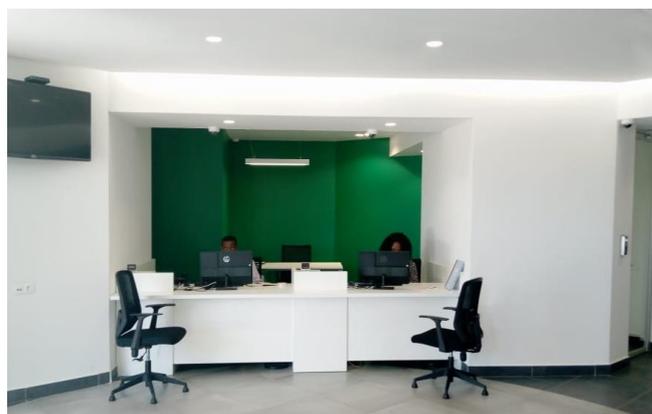
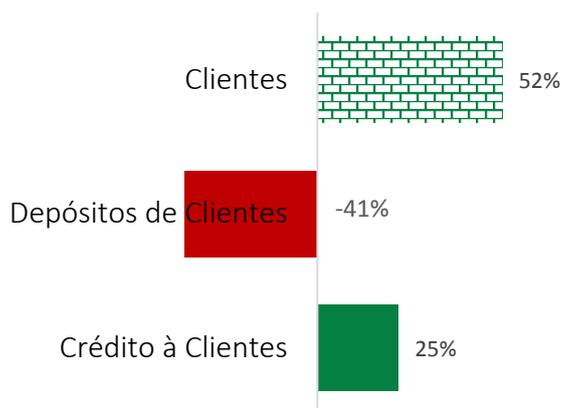
### LINHAS DE NEGÓCIO

Durante o ano de 2019, o Banco MAIS deu continuidade a sua estratégia comercial suportada pelo alargamento da base de clientes e segmentação da rede de negócio em função das necessidades dos clientes. As actividades realizadas reflectiram-se na evolução do negócio. O número de clientes registou um crescimento de 52%, demonstrando a contínua tendência de reforço da presença no mercado. Os depósitos de Clientes reduziram em 41%, devido a estratégia de diversificação, em quanto crédito cresceu 25%. Isto permitiu ao Banco MAIS registar uma variação material nos resultados anuais, que em 2019 tornaram-se positivos pela primeira vez na sua história.

As prioridades estratégicas e comerciais privilegiaram a captação de clientes da comunidade chinesa, diversificação da carteira de passivos com a consequente redução de custo de funding, participação no mercado de capitais e a trabalho no sector de funcionários públicos.

Após a abertura e sucesso de uma nova Unidade de Negócio no Glória Mall, foi tomada a decisão para renovação da imagem das agencias do Banco MAIS adequando a um único padrão e respondendo de modo distintivo às necessidades de atendimento personalizado e moderno. Ao longo de 2019 foram renovadas e abertas ao público as agencias de 24 de Julho e Xai-Xai, encontrando-se na fase final as obras da agencia de Tete, cuja abertura é prevista para primeiro semestre de 2020.

### Captação de Clientes, Depósitos de Clientes, Crédito à Clientes (em percentagem)



Manteve-se o foco permanente nas principais variáveis estratégicas de negócio do Banco com o acompanhamento mensal através do modelo de dinamização comercial que tem associados incentivos que visam premiar o mérito das equipas que se distinguiram pelo seu compromisso na materialização dos objectivos.

Proseguiu-se com a actualização das condições da oferta de poupança em resultado das alterações observadas nas taxas directoras.

Foi disponibilizado o Serviço RealTransfer – uma solução que permite a transferência de fundos de Clientes e não Clientes a favor de um beneficiário que se encontra no estrangeiro, recebidos na moeda do País receptor.

Para completar a sua oferta, o Banco tem em curso o projecto de ligação à Rede VISA que permitirá a disponibilização da oferta completa de cartões de débito e crédito da rede VISA Internacional, respondendo desta forma às necessidades de clientes particulares e empresas. Esta oferta responderá às exigências de oferta para a gestão do dia-a-dia, e vem associada a vantagens e benefícios para clientes dos diversos segmentos. O Banco MAIS foi distinguido com prémio de “New Comer” no evento VISA no passado mês de Agosto de 2019.



No crédito aos funcionários públicos foi revisto o procedimento de concessão de crédito. Foram igualmente revistos todos os documentos de suporte das vendas facto que permitiu melhorar os níveis de serviços dos vários intervenientes. Implementou-se o projecto “Banco MAIS em MAIS províncias” que permitiu aumentar a área geográfica de actuação do Banco MAIS na venda do crédito funcionário através de parceiros e agentes locais.

Foram reforçadas as iniciativas que permitiram uma maior proximidade com os clientes, através de parcerias e protocolos estabelecidos com entidades públicas e organizações, procurando responder de forma transversal às exigências e necessidades dos clientes particulares e empresas, destacando-se a assinatura do protocolo de cooperação com a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS com vista à oferta de Produtos e Serviços financeiros em condições preferenciais. A assinatura do protocolo visava apoiar as PME’s através de uma Linha Especial de Crédito – destinada aos projectos devidamente seleccionados pela APME de acordo com a sua relevância, aplicabilidade e potencial de sucesso.

Com o objectivo de contribuir no crescimento do mercado de capitais o Banco MAIS intermediou operações de admissão à cotação na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), lançamento de papel comercial e aquisição de Obrigações de Tesouro para terceiras entidades (clientes).

## Sala de Mercados e Tesouraria

Tem como finalidade assegurar a intervenção do Banco nos mercados monetário, cambial e de capitais por conta própria ou/e de Clientes. A Sala de Mercados continuou a prestar um aconselhamento especializado aos Clientes através de sistemas de negociação, sistemas de comunicação e sistemas de informação que lhe permitem acompanhar os mercados em tempo real.

- **Mercados Monetário:** responsável pela gestão da liquidez do Banco;
- **Mercado Cambial:** responsável pela gestão de todas as operações cambiais à vista, a prazo e de futuros
- **Mercado de Capitais:** responsável pela gestão de valores mobiliários.

## Canais de Comunicação, interação e Informação:

- ✓ Ligação do Banco MAIS a **Plataforma 360T**
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a ***Bolsa de Valores de Moçambique***;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a ***Central de Valores Mobiliários de Moçambique***;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a ***Reuters e Dealing Eikon***;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a ***Fxstreet***

## SUORTE DO NEGÓCIO

### Desenvolvimento Tecnológico

O Banco MAIS intensificou em 2019 a modernização tecnológica e optimização dos sistemas de informação, através de um conjunto de projectos que visam a melhoria dos processos e o aumento da produtividade, alavancando o valor das soluções do negócio, por um lado e, por outro, garantindo a escala necessária para suportar o crescimento do negócio.

Para que fosse possível a concretização do objectivo de modernização dos sistemas informáticos, o Banco MAIS continuou a investir fortemente nos Sistemas de Informação, com destaque para:

- Instalação do FINANKA e do Portal PFS
- Servidores IBM A/S Power i – reforço de novos e modernos servidores de produção e de redundância para a aplicação “core” do Banco;
- Servidores Windows – reforço, no data center e nas Unidades de Negócio, de novos servidores de produção e redundância para suporte da gestão rede informática, sistemas Windows e firewall;
- *Upgrade* dos sistemas de comunicação e VPN;
- Início de projecto de Ciber-Segurança

### Compliance

O Departamento de Compliance do Banco MAIS encontra-se operacional desde os finais de 2014, de forma permanente e efectiva, e encontra-se sob a coordenação directa do Conselho de Administração.

O principal objectivo deste Departamento é prevenir e evitar a violação das normas e/ou desvio de condutas que acarretem consequências negativas para o Banco e para a sociedade: exigir um comportamento aos colaboradores que esteja de acordo com a legislação em vigor, conforme com as Leis nacionais e os normativos internos do Banco, conciliando as acções, condutas e procedimentos com as exigências legais, éticas e regulamentares.

A prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, uma postura profissional e deontológica, que respeite as regras internas e estatutárias, as regras de conduta e de relacionamento com os clientes e as orientações dos órgãos sociais, destacam-se como principais vectores de orientação para um comportamento *Compliant*.



Em 2019 o Banco MAIS foi premiado pela ACCPA (*Association of Certified Compliance Professionals in Africa*) com o prestigiado prémio do melhor programa de KYC 2019 em Africa. Isto demonstra a dedicação da instituição e seus profissionais no investimento contínuo para manter os elevados padrões de KYC e cumprimento de normas.

## Jurídico

O Departamento Jurídico tem como foco garantir a aderência dos procedimentos aos dispositivos legais (internos e externos), construir soluções jurídicas validas para a contratação de operações e negócios realizados pelo Banco, viabilizar o equilíbrio e a transparência nas relações contratuais com os clientes e fornecedores, acompanhar e prever impactos provenientes de alterações na legislação.

Também tem como função propor acções judiciais, relativas à defesa dos direitos do banco, defendendo-o nas acções que lhe são contrárias, fazendo ponte com todos os actores jurídicos externos ao Banco.

## Risco

O Departamento de Risco é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Banco se encontra exposto. Faz o acompanhamento da evolução do risco por produto e segmento bem como o acompanhamento do risco ajustado aos principais clientes.

## Auditoria

O Departamento de Auditoria Interna garante a correcta definição das actividades de controlo que permitam mitigar os riscos operacionais mais relevantes na actividade diária do Banco. Este Departamento efectua ao longo do ano auditorias e inspecções que permitem identificar as situações que ainda carecem de melhoria e definir e acompanhar os planos de acção para as solucionar.

## Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos assume a responsabilidade por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes áreas do Banco, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para as metas do Banco.

Em 2019 foi dada continuidade ao processo de reforço das equipas do Banco MAIS. Este reforço é necessário para dotar o Banco nas valências necessárias em termos de *know-How* bancário que permita uma implementação eficaz da estratégia definida e cumprir com as exigências do Banco Central.

Em termos globais verificou-se um aumento do quadro de pessoal de 10 colaboradores face a 2018 que visou, sobretudo, reforçar os departamentos de suporte do Banco e a área comercial incluindo abertura de novo balcão em Xai-Xai.

Colaboradores do Banco MAIS	2018	2019
<i>Serviços Centrais</i>	40	42
<i>Rede Comercial</i>	37	44
<i>Total</i>	77	86

Colaboradores Banco MAIS	2018	2019
<i>Homens</i>	34	49
<i>Mulheres</i>	43	37
<i>Total</i>	77	86

Em 31 de Dezembro de 2019, o quadro de pessoal do Banco MAIS era composto por 86 Colaboradores, dos quais 49 eram do género masculino e 37 do género feminino.

O Banco MAIS tem vindo a seguir uma política de gestão de recursos humanos que privilegia a integração de jovens recém Graduados e alguns com experiência de trabalho no sector financeiro. As novas contratações seguem o princípio indicado, no entanto a estrutura de idades e a escolaridade dominada por colaboradores com idades compreendidas entre 31 e 45 anos – representando pouco mais de 47%.

A idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 36,4 anos, sendo que 47% dos colaboradores do Banco têm entre 31 e 45 anos.

Em 2019 realizaram-se acções de formação interna viradas sobretudo para a área comercial na vertente “Atendimento ao Cliente, Técnicas de Vendas e Eficiência Pessoal”.

## Gestão prudencial

O Banco MAIS acredita que a gestão de riscos é imprescindível para fomentar a estabilidade das instituições financeiras a longo prazo e que a habitual postura de transparência na divulgação de informações referentes a esta actividade o fortalecem, contribuindo para a solidez do sistema financeiro nacional e a sociedade em geral.

O Banco MAIS está sujeito a riscos de diversas naturezas relacionados com o desenvolvimento da sua actividade.

A exposição a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, o banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gestão de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da instituição.

Esta exposição é influenciada por diversos factores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa. Na instituição, a exposição é descrita de maneira qualitativa (descrevendo os riscos que são admitidos pelo banco) e quantitativa (valores apurados para cada tipo de risco).

A exposição a riscos está alinhada com a estratégia do banco, demonstrando o encaixe da estrutura de *governance* na sua definição e acompanhamento. O processo de acompanhamento dos riscos é institucional, sendo considerado desde o processo orçamental.

A gestão de riscos no Banco MAIS obedece a princípios, metodologias e procedimentos de controlo e *report* definidos, atendendo aos riscos específicos de cada negócio. A política de gestão de riscos do Banco MAIS visa a identificação, avaliação, acompanhamento, controlo de todos os riscos materiais a que a instituição se encontra exposta, tanto por via interna como externa, por forma a assegurar que os mesmos se mantêm em níveis compatíveis com a tolerância ao risco pré-definida pelo órgão de administração.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos, salientando-se os riscos de naturezas financeira e não financeira, que são intrínsecos à actividade do Banco MAIS.

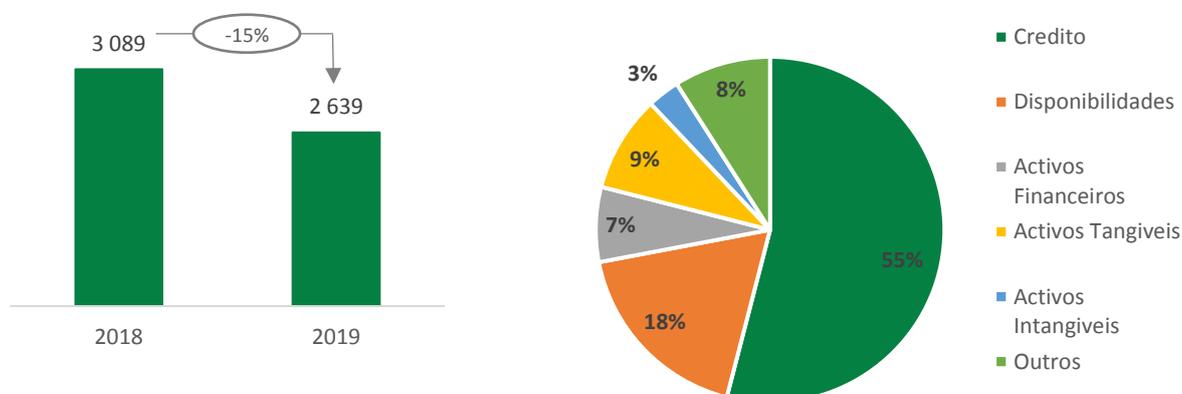
O Banco MAIS, perante a complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposto a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de uma monitorização constante de todos os riscos, de forma a dar segurança e conforto a todas as partes envolvidas.

## 05. ANÁLISE FINANCEIRA

O Banco MAIS – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2018 e 2019, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Os resultados e os rácios financeiros atingidos, demonstram a adopção pelo Banco de critérios de prudência de actuação na gestão de liquidez, na concessão de crédito aos clientes, na diversificação da carteira de depósitos e no investimento feito ao longo do ano em infraestruturas de suporte de negócio.

### Evolução do Activo

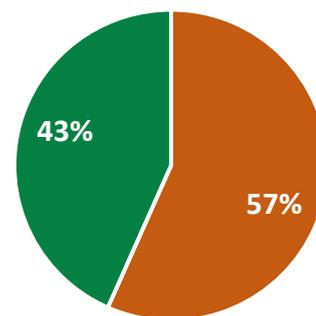
O activo total líquido situa-se nos 2.613 Milhões de Meticais no final de Dezembro de 2019, contra os 3.089 Milhões de Meticais apurados em igual período de 2018, o que representa uma diminuição na ordem de 15% (475 Milhões de Meticais) devido a redução de disponibilidades causados pela diversificação da carteira. No conjunto dos activos totais, o crédito a clientes continuou a crescer até o segundo trimestre do ano, passando a representar 55% (2018: 37%), disponibilidades em instituições financeiras 18% (2018: 39%), activos financeiros ao custo amortizado 7% (2018: 13%), Activos Tangíveis 9% (2018 4%) e outros activos com 8% (2018: 3%).



### Passivo e Situação Líquida

O Passivo situou-se em 1.707 Milhões de Meticais, representando uma diminuição de 33% (2.544 Milhões de Meticais) face a 2018. Esta redução resulta em grande medida das acções de redução de exposição concentrada e diversificação da carteira de depósitos iniciados no último quadrimestre do ano. Sendo assim, apesar da redução do volume de depósitos em 41%, a concentração individual melhorou de 44% para níveis abaixo de 20%. O volume de depósitos representam 82% do passivo. O resto é distribuído entre Recursos de Outras Instituições financeiras 6%, Título de Dívida 7% e Outros passivos 5%.

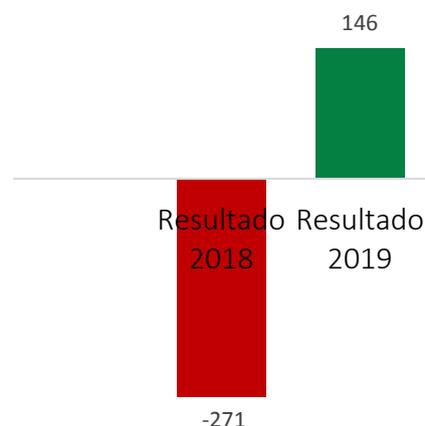
Por sua vez, a Situação Líquida teve crescimento na ordem de 70% atingindo 906 Milhões de Meticias (544 Milhões em 2018) devido ao efeito combinado do aumento de capital social em 212 Milhões de Meticias e resultados positivos de 146 Milhões de Meticias.



■ aumento de Capital ■ Resultados 2019

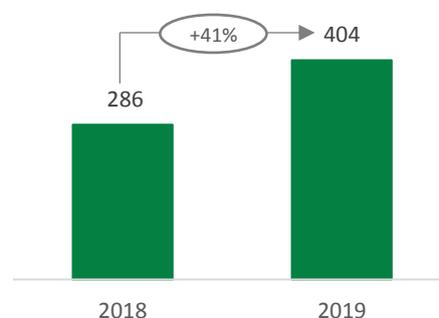
### Resultados e Rentabilidade

Em 2019 o Banco MAIS atingiu resultados positivos, tendo um lucro de **146 Milhões de Meticais**. Este resultado demonstra a melhoria da performance anual na ordem de 160% em comparação com 2018. Em termos operacionais também verifica-se o aumento considerável da performance do Banco, tendo o resultado operacional (excluindo imparidades) situado em 161 Milhões de Meticais.

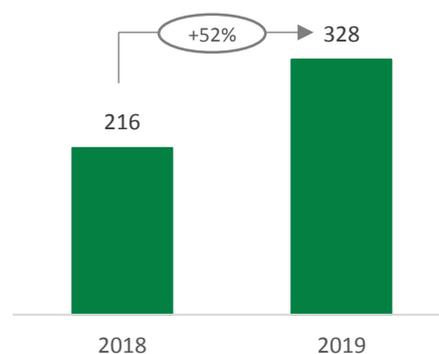


### Produto Bancário

O Produto Bancário, que inclui a Margem Financeira bem como a Margem Complementar (Resultados de Serviços e Comissões e Resultado de Operações Financeiras), fixou-se em 404 Milhões de Meticais, um crescimento de 41% face ao ano anterior (286 milhões de meticais), o que demonstra um contínuo aumento da confiança depositada pelo mercado no Banco MAIS. Este é segundo ano consecutivo em que o aumento de produto bancário ultrapassa 40%.



A Margem Financeira situou-se em 328 Milhões de Meticais, o que representa um crescimento de 52% face ao exercício anterior, cujo valor foi de 216 Milhões de Meticais. Este incremento da Margem Financeira resulta da combinação de factores sendo estes o crescimento da carteira de crédito em 15% proporcionando o aumento de Juros e Proveitos em 17% e diminuição de Juros e Custos em 15% por via da diminuição da carteira de passivos e redução de *pricing*.

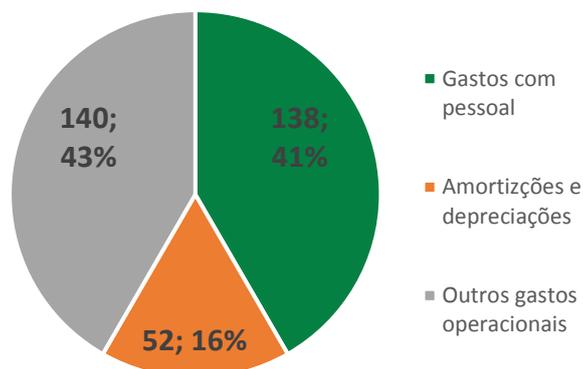


O Resultado de Operações Financeiras situou-se em 58 Milhões de Meticais, o que representa um aumento de 21% face ao ano anterior (47 Milhões de Meticais).

## Gastos de Estrutura

Os gastos de estrutura, que incluem os gastos operacionais desembolsáveis (FSE e Gastos com Pessoal) e os gastos operacionais não desembolsáveis (amortizações e depreciações), situaram-se em 334 Milhões de Meticais, reflectindo um crescimento de 14% (39 Milhões de Meticais) face ao ano anterior.

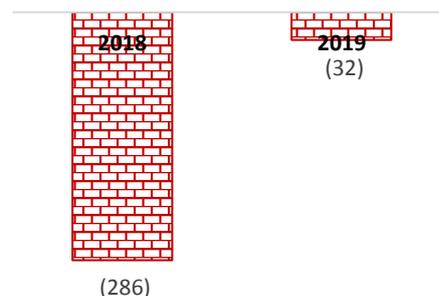
- Os Gastos com Pessoal fixaram-se em 138 Milhões de Meticais, apresentando um incremento de 11% face a 2018.
- Os Outros Gastos Operacionais situaram-se em 140 Milhões de Meticais, o que se reflecte um aumento na ordem de 15% face ao ano anterior, resultante da expansão de volume de negócio. Porém, as políticas de controle e contenção de custos e garantiram que o valor ficasse abaixo dos níveis orçamentados;
- As Amortizações e Depreciações situaram-se em 52 Milhões de Meticais, resultando num aumento de 23 Milhões de Meticais face ao ano anterior, devido a entrada em produção de novas soluções informáticas e investimentos feitos em remodelação das agências;



## Imparidades

As imparidades líquidas fixaram-se em 32 Milhões de Meticais, resultando numa redução significativa face ao ano passado, onde as mesmas atingiram 286 Milhões de Meticais, devido a provisões para abate de créditos.

Deve ser notado que o referido abate foi parcialmente recuperado em Setembro de 2019 resultando num encaixe de 100 Milhões de Meticais em forma de Outros Rendimentos Operacionais.



## 06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	2019	2018
Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva	2	536 591 192	456 502 577
Juros e gastos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva	2	(207 890 810)	(240 955 805)
<b>Margem financeira</b>	2	<b>328 700 382</b>	<b>215 546 772</b>
Rendimentos com serviços e comissões	3	31 227 870	33 772 615
Gastos com serviços e comissões	3	(13 570 243)	(10 913 729)
<b>Resultados de serviços e comissões</b>	3	<b>17 657 627</b>	<b>22 858 886</b>
Resultado em operações financeiras	4	58 181 520	47 678 682
<b>Rendimentos operacionais</b>		<b>404 539 529</b>	<b>286 084 340</b>
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes	14	(32 250 794)	(286 384 264)
<b>Rendimentos operacionais líquidos</b>		<b>372 288 734</b>	<b>(299 924)</b>
Gastos com pessoal	5	(138 789 046)	(124 958 480)
Amortizações e depreciações	19, 20	(52 937 213)	(29 603 677)
Provisões líquidas	25	(2 258 688)	-
Outros gastos operacionais	6	(140 158 074)	(121 977 282)
Outros rendimentos e gastos operacionais	7	123 263 492	23 544 005
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>161 409 204</b>	<b>(253 295 358)</b>
Impostos correntes	8	(15 202 860)	(18 845 222)
Impostos diferidos	8	461 072	461 072
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>146 667 416</b>	<b>(271 679 508)</b>
<b>Resultado por acção</b>			
Básicos	9	1,10	(2,72)
Diluídos	9	1,10	(2,72)

**Demonstração da posição financeira**  
*para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019*

	Notas	2019	2018
<b>Activos</b>			
Caixa e disponibilidade no Banco Central	10	359 556 083	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	108 712 550	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	24 001 611	912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1 435 389 621	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	15	184 744 812	405 885 618
Outros activos	16	121 034 937	77 418 853
Activos não correntes detidos para venda	17	65 026 963	-
Activos por impostos correntes	18	21 121 169	5 480 409
Activos tangíveis	19	210 732 741	134 380 334
Activos intangíveis	20	76 405 527	74 169 675
<b>Total de activos</b>		<b>2 613 053 565</b>	<b>3 088 985 679</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	21	100 530 577	10
Recursos de clientes	22	1 404 414 041	2 393 028 299
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	23	116 523 059	116 338 333
Outros passivos	24	69 342 509	20 805 073
Provisões	25	4 862 832	2 782 078
Passivos por impostos diferidos	8	11 356 723	11 067 669
<b>Total do passivo</b>		<b>1 707 029 740</b>	<b>2 544 021 462</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	26	1 462 798 176	1 250 000 000
Reservas de reavaliação	26	24 315 806	25 069 334
Outras reservas	26	350 200	350 200
Resultados transitados		(581 440 357)	(730 455 317)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>906 023 825</b>	<b>544 964 217</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>2 613 053 565</b>	<b>3 088 985 679</b>

**Demonstração da variação de capital próprio  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019**

	Capital social (nota 26)	Reservas de reavaliação (nota 26)	Outras reservas (nota 26)	Resultados transitados	Capital próprio
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2018 de acordo com IFRS 9</b>	<b>650.000.000</b>	<b>25.822.862</b>	<b>350.200</b>	<b>(459.529.336)</b>	<b>216.643.726</b>
Aumento de capital	600.000.000	-	-	-	<b>600.000.000</b>
Realização da reservas de reavaliação	-	(753.528)	-	753.528	-
Resultado do exercício	-	-	-	(271.679.509)	<b>(271.679.509)</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.250.000.000</b>	<b>25.069.334</b>	<b>350.200</b>	<b>(730.455.317)</b>	<b>544.964.217</b>
Impacto da adopção da IFRS 16	-	-	-	1.594.016	1.594.016
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2019 de acordo com IFRS 1</b>	<b>1.250.000.000</b>	<b>25.069.334</b>	<b>350.200</b>	<b>(728.861.301)</b>	546.558.233
Aumento de capital	212.798.176	-	-	-	212.798.176
Realização da reservas de reavaliação	-	(753.528)	-	753.528	-
Resultado do exercício	-	-	-	146.667.416	<b>146.667.416</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>1.462.798.176</b>	<b>24.315.806</b>	<b>350.200</b>	<b>(581.440.357)</b>	<b>906.023.826</b>

## Demonstração de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais</b>			
Resultado antes de impostos		161 409 204	(272 140 581)
Ajustamentos de:			
Amortizações e depreciações		52 937 213	29 603 677
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes		32 250 794	286 384 264
Abate de crédito e adiantamentos a clientes		-	(146 049 786)
Provisões		2 258 688	-
Imposto sobre o rendimento		(30 843 620)	(1 290 307)
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais antes de variações de activos e passivos operacionais</b>		<b>218 012 279</b>	<b>(103 492 733)</b>
Variações:			
Empréstimos e adiantamento a clientes		(285 475 643)	(189 949 156)
Outros activos		(118 290 254)	(143 200 118)
Recursos de outras instituições de crédito		100 530 567	(189 500 185)
Recursos de clientes		(988 614 258)	1 173 209 799
Outros passivos		63 093 335	(6 927 104)
		<b>(1 228 756 254)</b>	<b>643 633 236</b>
<b>Fluxo líquido de caixa gerado pelas actividades operacionais</b>		<b>(1 010 743 974)</b>	<b>540 140 503</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de Activos Tangíveis		(50 620 025)	(39 272 641)
Aquisição de Activos Intangíveis		(28 690 340)	(49 394 298)
Recebimentos em caixa da venda de activos financeiros ao custo amortizado		279 211 129	193 840 369
Aquisição de activos financeiros ao custo amortizado		(58 070 323)	(435 872 502)
Aquisição de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			(3 645 264)
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades investimento</b>		<b>141 830 442</b>	<b>(334 344 335)</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de financiamento</b>			
Aumento de Capital		212 798 176	600 000 000
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos		-	116 338 333
Pagamento de outros empréstimos		-	(16 531 374)
Pagamento das locações		(14 549 108)	
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades financiamento</b>		<b>198 249 068</b>	<b>699 806 959</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes</b>		<b>(670 664 464)</b>	<b>905 603 126</b>
Caixa e equivalentes no início do período	30	962 937 438	57 334 311
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>30</b>	<b>292 272 975</b>	<b>962 937 438</b>

## 1. *Introdução*

O Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos investimentos, S.A. (doravante designado por Banco Mais ou Banco) é um banco privado comercial, criado em 30 de Março de 1999, com sede social em Maputo na Avenida Julius Nyerere, nº2385. O Banco Mais tem por objecto o exercício da actividade de instituição de crédito tipo banco prevista na lei das instituições de crédito e sociedades financeiras. O Banco Mais centra a sua actividade no fornecimento de produtos competitivos a um nível excepcional de serviço aos seus clientes, estando mais direccionado para clientes Empresariais e Particulares.

### 1.1. *Bases de apresentação*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também requer que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras apresentam áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras do Banco.

Esta é a primeira vez que a norma IFRS 16 - Locações é aplicada nas demonstrações financeiras. As alterações às políticas contabilísticas significativas são descritas na nota 1.3q).

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2020 e serão submetidas à aprovação dos acionistas na sua Assembleia - Geral ordinária.

Moeda de funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os valores foram arredondados aos valores mais próximo de Metical Moçambicano, salvo indicação em contrário.

## 1.2. *Julgamentos e estimativas contabilísticas significativas*

No processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração efetuou os seus julgamentos e fez estimativas na determinação dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O uso mais significativo de julgamentos e estimativas é detalhado da seguinte forma:

### *Continuidade operacional*

De acordo com o Aviso 7 / GBM / 2017 emitido pelo Banco Central em 3 de abril de 2017, todos os bancos comerciais devem ter um capital social emitido mínimo e um patrimônio de 1.700.000.000 Meticais até 30 de Junho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, o banco possui um capital social total de 1.462.798.176 Meticais, abaixo do próximo requisito para 2020.

Esta condição pode resultar em uma incerteza material que pode lançar dúvidas sobre a capacidade do banco de continuar operando, caso não seja capaz de aumentar o capital necessário no prazo estabelecido.

Caso a injeção de capital pelos acionistas existentes não seja viável, o banco possui os seguintes planos alternativos para garantir a conformidade com os requisitos mínimos de capital e patrimônio:

- Implementar medidas para garantir financiamento de novos investidores;
- Fusão com outro banco;
- Faça o *downgrade* temporário da licença para o micro banco.

Qualquer uma das medidas acima garantirá a continuidade das operações do banco.

Dessa forma, as demonstrações financeiras são preparadas com base nas políticas contábeis aplicáveis a uma instituição em continuidade de operações.

### *Operacional Perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos*

As premissas e metodologia utilizadas na estimativa das perdas por imparidade dos empréstimos e adiantamentos estão descritas na linha e) imparidade de ativos financeiros, o que está de acordo com o IFRS 9.

### *Impostos*

O imposto sobre o rendimento (corrente e diferido) é determinado pelo Banco com base nas regras fiscais. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode resultar em diferentes interpretações. Nesses casos, os valores contabilísticos resultam de uma melhor compreensão do Banco sobre o enquadramento adequado para suas operações, o que pode ser questionado pelas autoridades fiscais.

### *1.3. Políticas contabilísticas*

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados, com exceção da adoção da IFRS 16 que se verificou pela primeira vez no exercício de 2019.

#### *a) Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de relato e as resultants diferenças cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos do período a que se referem. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas

estrangeiras, que são apresentados ao custo histórico, são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

## *b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

### *i) Data do reconhecimento*

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Banco se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

### *ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos termos contratuais e do modelo de negócios para a gestão dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor, excepto nos casos que são registados pelo justo valor através do resultado, o custo da transação é adicionado ou subtraído deste valor. Contas a receber de clientes são mensuradas pelo preço de transação. Quando o justo valor de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial difere do preço da transação, o Banco regista os resultados do 1º dia.

### *iii) Resultados do primeiro dia*

Quando o preço da transação é diferente do justo valor de outras transações correntes de mercado observáveis no mesmo instrumento, ou baseado em uma técnica de avaliação cujas variáveis incluem apenas dados de mercados observáveis, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço da transação e o justo valor (os resultados do

primeiro dia) nos lucros ou prejuízos - “ganhos / (perdas) líquidos da negociação”. Nos casos em que o justo valor é determinado usando dados que não são observáveis, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo somente é reconhecida no resultado quando os insumos se tornam observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

**iv) Vencimentos de bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes**

Os valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros em ordem para recolher fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

**v) Passivos financeiros**

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

**a) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros**

**i) Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos**

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um

novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda, na medida em que uma perda por imparidade ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como Fase 1 para fins de mensuração de ECLs. POCI – Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com problemas de crédito no reconhecimento inicial.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo
- Introdução de um recurso de património
- Alteração na contraparte
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

*ii) Desreconhecimento que não seja para modificação substancial de activos financeiros*

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tiverem expirado. O Banco também desreconhece os ativos financeiros se ambos tiverem transferido o ativo financeiro e as transferências se qualificarem para desreconhecimento.

O Banco transfere o ativo financeiro se:

- Transferiu seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo financeiro, ou
- Reteve os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, aos terceiros sob um acordo de repasse.

iii) *Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de uma nova responsabilidade. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro original e a contrapartida paga é reconhecida em lucros ou prejuízos.

**b) Determinação do justo valor**

O banco avalia os instrumentos financeiros, ao justo valor em cada data de relato. O justo valor é o preço que seria recebido na venda de um activo ou será pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do justo valor é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre:

- No mercado principal para o ativo ou passivo, ou
- Na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo

O mercado principal ou o mais vantajoso deve ser acessível pelo Banco.

O justo valor de um ativo ou passivo é mensurado usando-se as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado actuam em seu melhor interesse económico.

A mensuração do justo valor de um activo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios económicos usando o ativo no seu mais alto e melhor uso ou vendendo-o ao outro participante do mercado que usaria o activo no seu mais alto e melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de justo valor, descrita a seguir, com base no menor nível de entrada que seja significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

- Nível 1 – Preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do justo valor não é observável.

Para os ativos e passivos cujo justo valor é mensurado de forma recorrente, o Banco determina se transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que seja significativo para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de relatório.

### **c) Imparidade de ativos financeiros**

A adoção da IFRS 9 alterou o método de cálculo das perdas por imparidade, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de ECL voltada para o futuro. O Banco registou a provisão das perdas de crédito esperadas para todos os empréstimos e outros ativos financeiros de dívida não detidos na FVPL, juntamente com os compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mencionados nesta seção como instrumentos financeiros.

As principais definições dos elementos utilizados para o cálculo da ECL são as seguintes:

A Probabilidade de Incumprimento (PD) é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. Um incumprimento só pode ocorrer em um determinado

momento durante o período avaliado, se o crédito não tiver sido anteriormente desreconhecido e ainda estiver na carteira.

A Exposição ao incumprimento (AED) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato, incluindo reembolsos da capital e pagamento de juros e quaisquer outros saques esperados em créditos consolidados.

O cálculo da perda dado o incumprimento (LGD) é uma estimativa da perda que surge no caso em que um incumprimento ocorre em um determinado momento. Baseia-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, incluindo a realização de quaisquer garantias ou melhorias de crédito que sejam parte integrante do empréstimo.

O Banco considera que a exposição de um cliente está em incumprimento quando o cliente fica 90 dias atrasado em seus pagamentos contratuais. O Banco considera em incumprimento os saldos de tesouraria e interbancários e toma medidas imediatas quando os pagamentos intradiários exigidos não são liquidados até o fecho dos negócios, conforme descrito nos contratos individuais.

A ECL é calculada pela multiplicação dos principais elementos mencionados acima (PD; EAD e LGD) ponderados pela exposição do cliente. Alguns ajustes são feitos para incorporar outros riscos esperados, como comportamento macroeconómico ou político.

Os clientes são agrupados de acordo com os seguintes segmentos: Corporativo, Individual, Funcionários, Funcionários Públicos e Instituições Financeiras.

A provisão para perdas de crédito esperadas é baseada nas perdas de crédito esperadas durante a vida do activo, a menos que não tenha havido aumento significativo no risco de crédito desde a origem, neste caso a provisão é baseada na perda esperada de crédito de 12 meses.

A perda de crédito esperada de 12 meses é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira que representa a perda de crédito esperada que resulta em eventos de inadimplência num instrumento financeiro que é possível dentro dos 12 meses após a data de relato.

Tanto a perda esperada de crédito ao longo da vida, quanto a perda esperada de crédito de 12 meses são calculadas individualmente ou coletivamente, dependendo da natureza da carteira subjacente de instrumentos financeiros.

O Banco estabeleceu uma política de realização de uma avaliação, no final de cada período de relatório, caso o risco de crédito de um instrumento financeiro aumente significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. O Banco identifica um aumento significativo no risco de crédito com base na avaliação dos elementos quantitativos e qualitativos relacionados com o activo financeiro através da monitorização contínua de todos os activos sujeitos à ELC. O Banco considera uma exposição significativamente aumentada no risco de crédito quando a PD da vida útil do IFRS 9 desde o reconhecimento inicial.

Com base no processo acima, o Banco agrupa os empréstimos conforme descrito abaixo:

- Etapa 1 – Quando os empréstimos são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão com base na perda de crédito esperada de 12 meses, incluindo também os empréstimos em que o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 2.
- Etapa 2 – Quando um empréstimo mostra um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, o Banco regista uma provisão para a perda esperada de crédito ao longo da vida, também inclui empréstimos onde o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 3.
- Etapa 3 – Empréstimos considerados com perda de crédito, o Banco regista uma provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira e para os ativos da Etapa 3, sua receita de juros é calculada sobre o valor contabilístico líquido.
- POCI — Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com perda de crédito no reconhecimento inicial. Os ativos da POCI são registados pelo justo valor no reconhecimento inicial e a receita de juros é subsequentemente reconhecida com base na taxa de juros efetiva ajustada pelo crédito. O Banco reconhece a ECL vitalícia desses ativos, sendo colocados em observação na Etapa 3 com avaliação contínua.

#### **i) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de OCI**

A perda de crédito esperada para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral não reduz a quantia escriturada desses activos financeiros no balanço, que permanece no justo valor. Em vez disso, uma quantia igual à provisão que surgiria

se os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com um gasto correspondente em lucros ou prejuízos. A perda acumulada reconhecida em outro rendimento integral é reciclada para lucros ou prejuízos aquando do desreconhecimento dos ativos.

## ii) Ativos financeiros com perda de crédito comprados ou originados

Para ativos financeiros com perda adquirida ou com crédito originado, o Banco somente reconhece as variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida desde o reconhecimento inicial na provisão para perdas por imparidade.

## iii) Cartões de crédito e outras facilidades rotativas

O Banco oferece uma variedade de produtos corporativos e de retalho, como cheque especial e outras facilidades, em relação aos quais o Banco tem o direito de cancelar e / ou reduzir estas facilidades imediatamente. O Banco não limita sua exposição a perdas de crédito com o período de aviso contratual, mas calcula a perda de crédito esperada durante um período que reflete a expectativa do Banco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de inadimplência e os procedimentos futuros de mitigação de risco do Banco, que pode incluir a redução ou cancelamento das facilidades.

## iv) Informação futura

Nos seus modelos de perdas de crédito esperadas, o Banco conta com ampla variedade de informações futuras como insumos económicos, tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de desemprego
- Taxas básicas do Banco Central
- Índices de preços de habitação.

Estes inputs e modelos utilizados para o cálculo das perdas de crédito esperadas nem sempre podem capturar todas as características do mercado na data das demonstrações financeiras. Para refletir isso, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitos como ajustes temporários quando essas diferenças são significativas.

#### v) Valorização de garantias

O Banco procura utilizar garantias, sempre que possível, para mitigar seus riscos sobre ativos financeiros. A garantia vem em várias formas, tais como dinheiro, valores mobiliários, cartas / garantias de crédito, imóveis, contas a receber, inventários, outros activos não financeiros e reforço de crédito, tais como acordos de compensação. O justo valor da garantia é geralmente avaliado, no mínimo, no início e com base no cronograma de divulgação trimestral do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, dinheiro ou títulos relacionados a exigências de margens, são avaliadas diariamente.

Na medida do possível, o Banco usa dados de mercado activo para avaliar activos financeiros, mantidos como garantia. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado prontamente determinável são avaliados usando modelos. As garantias não financeiras, como imóveis, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, como corretores de hipotecas, índices de preços de imóveis, demonstrações financeiras auditadas e outras fontes independentes.

#### vi) Garantias recuperadas

A política do Banco é determinar se um ativo recuperado é melhor utilizado para suas operações internas ou se deve ser vendido. Activos determinados como úteis para as operações internas são transferidos para a respectiva categoria de activos pelo menor valor recuperado ou pela quantia escriturada garantida do activo original. Activos que são determinados para serem vendidos são imediatamente transferidos para activos detidos para venda pelo seu justo valor na data de reintegração de posse, de acordo com a política do Banco.

## vii) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos parcialmente ou na sua totalidade somente quando o Banco deixou de procurar a sua recuperação. Se o valor a ser desreconhecido for maior do que a provisão para perda acumulada, a diferença é primeiro tratada como um acréscimo à provisão que é então aplicada contra a quantia escriturada bruta. Quaisquer recuperações subsequentes são creditadas em um gasto de perda de crédito menos os dispêndios necessários para liquidar qualquer obrigação financeira que surja como resultado da garantia associada a esse ativo.

## d) Activos financeiros que se encontrem em imparidade

Antes de Janeiro de 2019, o Banco avaliava regularmente a existência de uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimados. Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o

reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:

- Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
- Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
- Depreciação do valor do colateral; e
- Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com sinais de imparidade são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

## Abates

O Banco reconhece uma perda por imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como tendo sofrido imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação. O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito em lucros ou prejuízos.

### e) Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço se, e somente se, houver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de os liquidar em uma base líquida, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### f) Garantias financeiras

No curso normal dos negócios, o Banco oferece garantias financeiras, consistindo em cartas de crédito, garantias e aceitações. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (dentro de “Outros passivos”) pelo justo valor, sendo o prêmio recebido.

Após o reconhecimento inicial, o Banco aplica o maior valor entre o valor da provisão para perdas ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do lucro reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.

### g) Reconhecimento de receita e despesa

O Banco reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos ao cliente em um valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses

bens ou serviços. Os seguintes critérios específicos de reconhecimento também devem ser considerados antes da receita ser reconhecida.

### *h) Rendimento de juros e similares*

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, o rendimento ou gasto de juros é calculado pelo método da taxa efetiva de juros, que é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou um período mais curto no caso activos com imparidade de crédito.

Quando um ativo financeiro apresenta sinais de imparidade e é, portanto, considerado como a “Etapa 3”, o Banco calcula a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido do activo financeiro. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais com sinais de imparidade, o Banco recalculará os valores de juros em termos brutos.

### *i) Receitas de comissões*

O Banco recebe receita de honorários e comissões de serviços que presta aos seus clientes. A receita de taxas pode ser dividida nas duas categorias seguintes:

*Receita de taxa obtida de serviços que são fornecidos durante um certo período de tempo:*

As comissões recebidas dos serviços prestados durante um período de tempo são acumuladas ao longo desse período. Essas taxas incluem receitas de comissões cobradas na prestação de serviços, como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

*Receita de taxa pela prestação de serviços de transação, sendo que as taxas são reconhecidas como receita quando um acto significativo foi concluído.*

### *h) Receita líquida de negociação*

Receita líquida de negociação inclui ganhos e perdas decorrentes de transações em moeda estrangeira e conversão de itens monetários em moeda estrangeira.

### *j) Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa referidos na demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, saldos irrestritos mantidos junto do Banco de Moçambique e quantias devidas de outros bancos ao pedido e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos e mensurados pelo custo amortizado.

### *j) Propriedades e equipamento*

As propriedades e equipamento, excepto os edifícios que são mensurados pelo modelo de reavaliação, são registados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de substituir parte de um item de propriedades e equipamento é reconhecido na quantia escriturada do item se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados na parcela serão transferidos para o Banco e o seu custo pode ser mensurado com segurança. Os custos do serviço diário de propriedades e equipamento são reconhecidos em lucros ou prejuízos conforme incorridos.

A depreciação é calculada usando o método das quotas constantes para registar o custo de propriedades e equipamento aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos activos são revisados e ajustados prospectivamente, se apropriado, a cada data de relatório. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	<b>Anos</b>
Edifícios	20 - 50
Obras em edifícios arrendados	4 - 6
Equipamentos	4 – 10

Um item de propriedades e equipamento é desreconhecido quando da alienação ou quando não há benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como sendo a diferença entre o valor da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em “Outras receitas operacionais” ou “Outras despesas operacionais” no exercício em que o activo for desreconhecido.

### *k) Activos intangíveis*

Ativos intangíveis incluem o valor do software de computador. O software adquirido pelo Banco é apresentado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um ativo quando o Banco consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que gere benefícios económicos futuros, e possa mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento. Os custos capitalizados do software desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do software e são amortizados durante sua vida útil. Softwares desenvolvidos internamente são apresentados ao custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

A amortização é reconhecida em lucro ou prejuízo pelo método das quotas constantes durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido quando da alienação ou quando não são esperados benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do ativo) é reconhecido em “Outras receitas operacionais” ou “Outras despesas operacionais” no exercício em que o ativo é desreconhecido.

### *l) Imparidade de ativos não financeiros*

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que a quantia escriturada pode estar em imparidade, se há uma indicação de que um activo não financeiro pode estar com problemas de recuperabilidade. Se tal indicação existir,

ou quando o teste anual de imparidade de um activo for requerido, o Banco fará uma estimativa do valor recuperável do activo. Quando a quantia escriturada de um activo excede seu valor recuperável, o activo é considerado em imparidade e é baixado ao seu valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transações recentes de mercado são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para ativos excluindo o goodwill, é efetuada uma avaliação em cada data de relato para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Banco estima o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que a quantia escriturada do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda a quantia escriturada que teria sido apurada, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida perda no valor recuperável do ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida em lucros ou orejuízos.

### *m) Impostos*

#### *j) Imposto corrente*

Os activos e passivos por impostos correntes dos anos correntes e anteriores são medidos pelo montante que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular a quantia são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de relato.

#### *ii) Imposto diferido*

O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias na data de relato entre as bases fiscais de activos e passivos e suas quantias escrituradas para fins de divulgação financeira. Os

passivos por imposto diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico, nem o lucro ou prejuízo tributável; e
- Relativamente a diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, em que a tempestividade da reversão das diferenças temporárias pode ser controlada e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não usados e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e o transporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados podem ser utilizados, excepto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico nem o lucro ou prejuízo tributável.
- Em relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A quantia escriturada dos impostos diferidos activos é revista em cada data de relato e reduzida na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do activo por imposto diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos activos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relato e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo fiscal diferido seja recuperado.

Impostos diferidos activos e passivos são mensurados com base nas taxas que se espera aplicar no exercício em que o activo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas taxas de imposto (e legislação tributária) promulgadas ou substantivamente promulgadas na data de relato.

O imposto corrente e o imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no capital próprio também são reconhecidos no capital próprio e não em lucros ou prejuízos.

Os activos e passivos fiscais são compensados se existir um direito legalmente executável de compensar os activos fiscais contra passivos fiscais relacionados à mesma entidade fiscal e à mesma autoridade tributária.

### *n) Locações*

A determinação se um acordo é ou contém uma locação baseia-se na substância do acordo na data de início e requer uma avaliação se o cumprimento do acordo é dependente do uso de um activo ou activos específicos e se o acordo transmite um direito de usar o activo.

### *Locações operacionais – Banco como locatário*

Quaisquer rendas a pagar são reconhecidas no resultado pelo método linear pelo prazo da locação e qualquer diferença entre o gasto linear e o pagamento real da locação é contabilizada como um activo ou passivo de locação operacional quando uma locação operacional é rescindida antes do vencimento do período de locação, qualquer pagamento a ser feito ao locador, a título de penalidade, é reconhecido como gasto no período em que a rescisão ocorre.

### *o) Reservas*

As reservas registadas no capital próprio na demonstração da posição financeira do Banco incluem a reserva de risco de crédito que representa as provisões mínimas necessárias para cobrir os riscos adicionais exigidos pelo Banco de Moçambique para o setor bancário local.

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Banco deve atribuir anualmente a uma reserva legal, não menos de 15% do lucro antes de impostos, após o pagamento de impostos, até que esta reserva seja igual ao montante do capital social.

### *p) Activos não correntes detidos para venda*

Este grupo de activos são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os mesmos ou estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Os activos não correntes detidos para venda que o Banco actualmente possui são os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco. A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis.

### *q) Locações*

O Banco Mais adoptou a IFRS 16 – Locações em 1 de Janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que vigorou até 31 de Dezembro de 2018. O Banco não adoptou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Esta norma estabelece novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação e mensuração de locações:

- o Na óptica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras;

- o Na óptica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação, que resulta no reconhecimento dum activo de direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação, excepto as locações com um período inferior a 12 meses ou para locações que incidam sobre activos de valor reduzido em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como outros gastos administrativos.

### *Definição de locação*

A nova definição de locação acarreta uma abordagem no controlo do activo identificado no contrato, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um activo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse activo identificado durante o período coberto pelo contrato em troca de uma retribuição.

### *Impactos na óptica do locatário*

O Banco reconhece para todas as locações, com excepção das locações com um período inferior a 12 meses ou para locações que incidam sobre activos de valor unitário reduzido:

- o Um activo pelo direito de uso adquirido, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o Valor Presente (NPV) do passivo da locação, acrescidos de pagamentos efectuados deduzidos de incentivos à locação recebidos, bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do activo subjacente e/ou com restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato);

- Um passivo de locação, contabilizado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
  - Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
  - Pagamentos de locação variáveis, que dependem de um incentivo ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou taxa à data de início do contrato;

Para determinar a taxa de juro implícita na locação, os pagamentos da locação são descontados de acordo com a taxa Libor para os contratos em ou indexados a USD e de acordo com a taxa MIMO acrescida de um spread de 1.5% para os contratos em MZN, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a reflectir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a reflectir os pagamentos de locação;
- A quantia contabilizada é recalculada de forma a reflectir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para reflectir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo de locação.

O Banco reavalia um passivo de locação e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo de direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação e o passivo de locação é reavaliado descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- Houver uma alteração dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juros variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);

- Um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

#### **1.4. Alterações nas políticas contabilísticas significativas – Locações**

O Banco não efectuou quaisquer ajustamentos para os períodos anteriores.

Os activos de direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de início de uso do bem subjacente até ao final do prazo da locação. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo de direito de uso reflectir o facto de o banco ir exercer uma opção de compra, o activo de direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A adopção da IFRS 16 implicou alterações nas demonstrações financeiras do banco, nomeadamente:

- Na Demonstração dos Resultados:
  - Registo em Margem Financeira do custo com juros relativos aos passivos de locação;
  - Contabilização em Outros gastos administrativos dos montantes relativos a pagamentos em contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor;
  - Contabilização em amortizações do custo referente à depreciação dos activos pelo direito de uso.
- No Balanço:
  - Contabilização em Outros activos tangíveis, pelo reconhecimento dos activos de direito de uso;
  - Contabilização em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

A aplicação da norma IFRS 16 não exige um ajuste retrospectivo e não há necessidade de reexpressar informações comparativas. O impacto da IFRS 16 para o Banco é de 52.215.107 Meticais no balanço.

Na tabela abaixo segue o resumo das rubricas que sofreram alterações:

Activo de direito de uso	52 215 107
Impostos diferidos	750 125
Passivos de locações	49 961 328
Resultados transitados	1 503 654

## 2. Margem financeira

A margem financeira apresenta a seguinte decomposição:

	2 019	2018
<b><i>Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva</i></b>		
Empréstimos e adiantamento a clientes	430 262 099	329 448 630
Empréstimos e adiantamentos a bancos	55 923 696	53 256 065
Activos financeiros ao custo amortizado	50 057 643	73 704 043
Outros	347 754	93 839
	536 591 192	456 502 577
<b><i>Juros e gastos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva</i></b>		
Recursos de clientes	142 584 925	198 028 488
Recursos de bancos centrais	1 859 781	-
Recursos de outras instituições de crédito	19 808 624	9 378 078
Locações	7 352 757	-
Outros	36 284 723	33 549 239
	207 890 810	240 955 805
	<b>328 700 382</b>	<b>215 546 772</b>

### 3. Resultados com serviços e comissões

A rubrica referente a resultados com serviços e comissões apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b><i>Rendimentos de serviços e comissões</i></b>		
Rendimentos de comissões de garantias e avales prestados	11 189 369	14 334 696
Rendimentos de comissões de serviços bancários prestados	7 285 824	10 852 215
Outros rendimentos de serviços e comissões	<u>12 752 677</u>	<u>8 585 704</u>
	<u><u>31 227 870</u></u>	<u><u>33 772 615</u></u>
<b><i>Gastos com serviços e comissões</i></b>		
Gastos com comissões sobre garantias recebidas	-	2 664 849
Outros gastos com serviços e comissões	-	537 666
Gastos com comissões de serviços recebidos	<u>13 570 243</u>	<u>7 711 214</u>
	<u><u>13 570 243</u></u>	<u><u>10 913 729</u></u>
	<u><u>17 657 627</u></u>	<u><u>22 858 886</u></u>

### 4. Resultado em operações financeiras

A rubrica referente a resultado em operações financeiras diz respeito a resultado proveniente das operações cambiais:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b><i>Rendimentos e ganhos com operações financeiras</i></b>		
Rendimentos e ganhos com operações cambiais	271 412 068	764 491 746
<b><i>Gastos e perdas com operações financeiras</i></b>		
Gastos e perdas com operações cambiais	<u>213 230 548</u>	<u>716 813 064</u>
<b><i>Resultado com operações financeiras</i></b>	<u><u>58 181 520</u></u>	<u><u>47 678 682</u></u>

## 5. *Gastos com pessoal*

A rubrica gastos com pessoal apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e subsídios	125 170 641	113 471 903
Encargos sociais obrigatórios	4 923 145	4 381 866
Outros gastos com pessoal	8 695 260	7 104 712
	<u><b>138 789 046</b></u>	<u><b>124 958 480</b></u>

## 6. *Outros gastos operacionais*

O saldo desta rubrica é decomposto como mostra o quadro abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Avenças e honorários	47 826 510	33 331 507
Consumíveis	3 445 842	5 480 500
Rendas e alugueres	8 157 758	20 025 394
Água, energia e combustível	5 106 135	5 208 122
Deslocações, estadas e despesas de representação	15 164 239	13 552 417
Vigilância e segurança de instalações	5 565 568	3 894 692
Impostos indirectos	912 983	850 676
Multas e penalizações	400 000	383 200
Donativos e contribuições	3 387 122	2 681 130
Comunicações	12 824 506	10 768 802
Outros( nota 6.1)	37 367 413	25 800 841
	<u><b>140 158 074</b></u>	<u><b>121 977 282</b></u>

**6.1. A rubrica outros inclui o seguinte:**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fotocópias e encadernação	1 074 931	317 939
Seguros	1 489 814	1 061 319
Serviços de higiene e conforto	734 644	891 063
Transporte de valores	548 252	646 790
Formação	285 617	1 325 928
Brindes	554 170	1 771 180
Despesas com marketing e publicidade	2 916 282	1 471 108
Perdas de juros e encargos	13 345 271	10 083 305
Outros	16 418 432	8 232 209
	<u><b>37 367 413</b></u>	<u><b>25 800 841</b></u>

**7. Outros rendimentos operacionais**

Esta rubrica é apresentada com a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de empréstimos e adiantamentos à clientes	114 119 988	15 290 093
Outros	9 143 504	8 253 913
	<u><b>123 263 492</b></u>	<u><b>23 544 005</b></u>

O aumento da recuperação dos empréstimos e adiantamentos a cliente diz respeito aos juros e capital que foram recuperados de algumas exposições que tinham sido alvo de abate.

**8. Impostos**

**8.1. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bilhetes de tesouro	8 828 710	-
Obrigações de Tesouro	5 797 820	-
Outras aplicações	576 331	18 845 222
<b>Total dos impostos correntes</b>	<b>15 202 860</b>	<b>18 845 222</b>
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>(461 072)</b>	<b>(461 072)</b>
<b>Total do imposto sobre o rendimento</b>	<u><b>14 741 788</b></u>	<u><b>18 384 151</b></u>

**8.2. A reconciliação da taxa efectiva de imposto é apresentada como se segue:**

	2019		2018	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		161 409 204		(253 295 358)
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto	32,00%	51 650 945	32,00%	(81 054 514)
<i>Correcções fiscais:</i>				
Encargos não dedutíveis	2%	3 186 894	-0,69%	1 742 345
Rendimentos não tributáveis	0,09%	147 543	-0,06%	147 543
Prejuízos fiscais a (utilizar)/reportar	34,07%	54 985 382	31,25%	(79 164 626)
Taxa efectiva	-	-	-	-

**8.3. Os movimentos nos impostos diferidos são os que constam no quadro abaixo:**

	1 de Janeiro de 2018		Demonstração de resultados		Capital próprio		31 de Dezembro de 2018
			Gastos e perdas	Rendimentos e Ganhos	Aumento	Redução	
<b>Passivos por impostos diferidos</b>							
Activos tangíveis	11 528 741			461 072	-	-	11 067 669
	<b>11 528 741</b>		-	<b>461 072</b>	-	-	<b>11 067 669</b>

	1 de Janeiro de 2019		Demonstração de resultados		Capital próprio		31 de Dezembro de 2019
			Gastos e perdas	Rendimentos e Ganhos	Aumento	Redução	
<b>Passivos por impostos diferidos</b>							
Activos tangíveis	11 067 669		-	461 072	750 125	-	11 356 723
	<b>11 067 669</b>		-	<b>461 072</b>	<b>750 125</b>	-	<b>11 356 723</b>

O passivo por imposto diferido é referente aos edificios mensurados pelo modelo de reavaliação (Nota 17) e por outro lado pela implementação da IFRS 16.

## 9. Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas e em circulação.

O cálculo do resultado por acção básico e diluído, em 31 de Dezembro de 2019, baseia-se no rendimento/ (prejuízo) atribuível aos accionistas ordinários no valor de 146.667.416 Meticais (2018: 271.679.509 Meticais - prejuízo) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 de 133.866.591 acções (2018: 100.000.00), calculado como segue:

Resultado atribuível aos accionistas	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado do exercício	146 667 416	(271 679 508)
Média ponderada - Acções ordinárias	<u>133 866 591</u>	<u>100 000 000</u>
Resultado por acção		
Básicos	1,10	(2,72)
Diluídos	1,10	(2,72)

## 10. Caixa e disponibilidade no Banco Central

A rubrica Caixa e disponibilidade no Banco Central é apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Caixa</b>		
Moeda nacional	29 844 613	23 224 211
Moeda estrangeira	21 701 077	29 199 692
	<u>51 545 690</u>	<u>52 423 903</u>
<b>Saldo no Banco de Moçambique</b>		
Moeda nacional	277 033 433	163 224 809
Moeda estrangeira	30 976 960	27 111 160
	<u>308 010 393</u>	<u>190 335 969</u>
	<u>359 556 083</u>	<u>242 759 872</u>

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa nos termos do aviso nº 12/GBM/2019 e é calculado com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. Em 31 de Dezembro de 2019, o coeficiente de reservas obrigatórias para os depósitos em moeda nacional era de 14% e 36% para os depósitos em moeda estrangeira 2018. O montante de reservas obrigatórias em 31 de Dezembro de 2019 ascendeu a 199.997.269 Meticais (2018: 272.471.824 Meticais). As reservas obrigatórias são restritas e não podendo ser utilizadas no dia - à - dia.

### *11. Disponibilidades em outras instituições de crédito*

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Bancos nacionais</b>		
Moeda nacional	49 325 913	8 325 280
Moeda estrangeira	255 303	256 319
	<u><b>49 581 215</b></u>	<u><b>8 581 599</b></u>
<b>Bancos estrangeiros</b>		
Moeda estrangeira	59 131 335	71 218 227
	<u><b>59 131 335</b></u>	<u><b>71 218 227</b></u>
	<u><b>108 712 550</b></u>	<u><b>79 799 826</b></u>

O montante constante nesta rubrica representa os saldos que o banco possui junto de outros bancos.

### *12. Empréstimos e adiantamentos a bancos*

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Moeda nacional	24 001 611	912 849 563
	<u><b>24 001 611</b></u>	<u><b>912 849 563</b></u>

O saldo desta rubrica representa o conjunto de aplicações a muito curto prazo no mercado monetário interbancário bem como depósitos a prazo junto de algumas instituições de crédito.

### *13. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral*

No final de 2019 apresentava a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Participação		
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)	6 327 551	6 327 551
	<u><b>6 327 551</b></u>	<u><b>6 327 551</b></u>

O saldo dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, respeita a participação do Banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores que está em curso de criação. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO.

### *14. Empréstimos e adiantamentos a clientes*

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Moeda nacional</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 527 592 173	1 210 136 270
Descobertos em conta	13 347 004	4 057 263
	<u>1 540 939 177</u>	<u>1 214 193 533</u>
Vencido e não em imparidade	110 240 182	137 964 928
	<u>1 651 179 359</u>	<u>1 352 158 461</u>
Imparidade de empréstimo e adiantamento a clientes	(215 789 738)	(202 244 483)
	<u><b>1 435 389 621</b></u>	<u><b>1 149 913 978</b></u>

Abaixo segue a análise de movimentos de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2019		
	Colectiva	Individual	Total
<b>Em 1 de Janeiro</b>	<b>35 329 317</b>	<b>166 915 166</b>	<b>202 244 483</b>
Imparidades do exercício	27 992 127	284 289 719	<b>312 281 846</b>
Reversões no ano	(40 832 751)	(239 198 300)	<b>(280 031 051)</b>
Utilização/(desreconhecimento)	-	(18 705 540)	<b>18 705 540</b>
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>22 488 693</b>	<b>193 301 045</b>	<b>215 789 738</b>

	2019	2018
Imparidade de novos créditos	27 992 127	18 617 397
Incremento em imparidade de créditos existentes	284 289 719	288 173 721
Desreconhecimento de imparidades	(280 031 051)	(20 406 854)
<b>Imparidade do exercício</b>	<b>32 250 795</b>	<b>286 384 264</b>

### 15. Activos financeiros ao custo amortizado

A rubrica apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Obrigações corporativas	-	111 133 333
Obrigações do tesouro	184 744 812	76 362 083
Bilhetes do tesouro	-	218 390 202
	<b>184 744 812</b>	<b>405 885 618</b>

No que diz respeito ao ano de 2019, as obrigações do tesouro representam aplicações de longo prazo (3 – 4 anos).

A tabela abaixo mostra as taxas e prazos para cada uma das emissões:

Obrigações	Data de Inicio	Data de Maturidade	Taxa
Obrigações de Tesouro 2017 2ª Séi	26/04/2017	26/10/2021	16,00%
Obrigações de Tesouro 2017 4ª Séi	25/10/2017	25/10/2020	17,00%
Obrigações de Tesouro 2018 4ª Séi	13/06/2018	13/6/2021	12,00%
Obrigações 2019 VIII SÉRIE	17/07/2018	17/07/2021	10,00%
Obrigações de Tesouro 2019 1ª Séi	29/11/2019	29/11/2029	7,00%

Por outro lado, quanto ao ano de 2018 as obrigações corporativas representam aplicações de longo prazo (3 – 4 anos), com juros a uma taxa fixa de 16%.

Relativamente ao ano de 2018, os bilhetes de tesouro as taxas e prazos para cada uma das emissões:

Número do bilhete do tesouro	Data de Inicio	Data de vencimento	Taxa
20180079	13/06/2018	12/12/2018	16,00%
20180172	21/11/2018	20/02/2019	14,15%
20180172	21/11/2018	22/05/2019	13,75%
20180182	12/12/2018	13/03/2019	13,95%
20180188	26/12/2018	27/03/2019	13,40%

## 16. Outros activos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Compensações	8 029 500	8 770 028
Despesas com encargo diferido	1 790 406	13 132 177
Adiantamento a fornecedores	1 704 081	805 797
Garantia em depósito <sup>i</sup>	12 000 000	12 000 000
Caução	4 166 064	4 206 956
Outros valores a receber <sup>ii</sup>	93 344 886	38 503 895
	<u><b>121 034 937</b></u>	<u><b>77 418 853</b></u>

- i. O depósito em garantia está relacionado à garantia que o Banco fez no Banco Central.
- ii. O saldo de outros valores a receber inclui a dívida da Geocapital - Gestão de participações, SA que uma remuneração que este acionista concordou em pagar ao Banco devido ao aumento de capital realizado por este acionista. Isto foi solicitado pelos outros acionistas e totalmente acordado pela Geocapital.

### 17. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2019, o Banco tinha em carteira como activos não correntes detidos para venda:

	<u>2019</u>
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	<u><b>65 026 963</b></u>

### 18. Activos por impostos correntes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pagamento por conta ( IRPC)	712 796	4 834 280
Retenções na fonte	20 408 373	646 129
	<u><b>21 121 169</b></u>	<u><b>5 480 409</b></u>

### 19. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Edifícios	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2018</b>	64 681 070	77 673 188	31 181 535	1 964 304	175 500 098
Adições	-	14 037 422	16 352 954	8 882 264	39 272 641
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	64 681 070	91 710 610	47 534 490	10 846 569	214 772 739
Reconhecimento inicial do activo de direito de uso de acordo com IFRS 16	72 019 184	-	-	-	72 019 184
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2019 de acordo com IFRS 16</b>	136 700 255	91 710 610	47 534 490	10 846 569	286 791 924
Adições	0	4 565 925	-	46 054 099	50 620 025
<b>31 Dezembro de 2019</b>	<u><b>136 700 255</b></u>	<u><b>96 276 536</b></u>	<u><b>47 534 490</b></u>	<u><b>56 900 668</b></u>	<u><b>337 411 948</b></u>

	Edifícios	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
<b>Depreciação e imparidade</b>					
1 de Janeiro 2018	4 624 473	45 637 787	15 357 808	-	65 620 068
Depreciação do exercício	1 520 166	10 669 792	2 582 380	-	14 772 338
<b>31 Dezembro de 2018</b>	<b>6 144 638</b>	<b>56 307 579</b>	<b>17 940 188</b>	-	<b>80 392 406</b>
Reconhecimento inicial do activo de direito de uso de acordo com IFRS 16	19 804 078				19 804 078
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2019 de acordo com IFRS 16</b>	<b>25 948 716</b>	<b>56 307 579</b>	<b>17 940 188</b>	-	<b>100 196 483</b>
Depreciação do exercício	11 593 556	11 371 309	3 517 860	-	26 482 724
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>63 490 988</b>	<b>67 678 888</b>	<b>39 398 235</b>	-	<b>126 679 208</b>
<b>Quantia escriturada:</b>					
1 de Janeiro 2018	60 056 598	32 035 401	15 823 727	1 964 304	109 880 031
31 Dezembro de 2018	58 536 432	35 403 031	29 594 302	10 846 569	134 380 334
31 Dezembro de 2019	73 209 267	28 597 647	8 136 255	56 900 668	210 732 741

O aumento reflectido em equipamentos refere-se, essencialmente, ao custo de aquisição de notebooks, computadores, mobiliário de escritório, entre outros.

No edifício arrendado a adição refere-se à melhorias efectuadas para reabertura da unidade de negócio da 24 de Julho.

## 20. Activos intangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Software	Licenças	Outros	Investimentos em curso	Total
<b>Custo:</b>					
1 de Janeiro de 2018	88 050 693	1 151 299	-	5 890 314	95 092 307
Adições	18 979 094	1 058 579	1 312 740	28 043 886	49 394 298
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>107 029 787</b>	<b>2 209 878</b>	<b>1 312 740</b>	<b>33 934 200</b>	<b>144 486 605</b>
Adições	12 617 064	684 786	15 388 490	-	28 690 340
Transferências	13 755 130	-	-	(13 755 130)	-
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>133 401 981</b>	<b>2 894 664</b>	<b>16 701 230</b>	<b>20 179 070</b>	<b>173 176 945</b>
<b>Amortização e imparidade</b>					
1 de Janeiro 2018	54 686 159	799 433	-	-	55 485 591
Amortização do exercício	14 225 158	387 413	218 768	-	14 831 339
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>68 911 316</b>	<b>1 186 846</b>	<b>218 768</b>	-	<b>70 316 930</b>
Amortização do exercício	25 526 342	490 610	437 536	-	26 454 488
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>94 437 658</b>	<b>1 677 456</b>	<b>656 304</b>	-	<b>96 771 418</b>
<b>Quantia escriturada:</b>					
1 de Janeiro 2018	33 364 535	351 866	-	5 890 314	39 606 716
31 de Dezembro de 2018	38 118 470	1 023 032	1 093 972	33 934 200	74 169 675
31 de Dezembro de 2019	38 964 322	1 217 208	16 044 926	20 179 070	76 405 527

### 21. Recursos de outras instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito referem-se a empréstimos de curto prazo concedidos por bancos nacionais.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos nacionais	100 530 577	10
	<u>100 530 577</u>	<u>10</u>

### 22. Recursos de clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b><i>Depósitos à ordem</i></b>		
Moeda nacional	499 390 501	600 596 803
Moeda estrangeira	42 874 936	113 701 076
	<u>542 265 437</u>	<u>714 297 879</u>
<b><i>Depósitos à prazo</i></b>		
Moeda nacional	861 841 222	1 619 576 015
Moeda estrangeira	307 382	59 154 405
	<u>862 148 604</u>	<u>1 678 730 420</u>
	<u><b>1 404 414 041</b></u>	<u><b>2 393 028 299</b></u>

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos à ordem	542 265 437	714 297 879
Até 3 meses	358 756 878	722 095 861
Entre 3 meses e um ano	503 391 726	956 634 559
	<u>1 404 414 041</u>	<u>2 393 028 299</u>

### 23. Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ga-Barclays Bank Pension Fund	116 523 059	116 338 333
	<u><b>116 523 059</b></u>	<u><b>116 338 333</b></u>

O montante de 116.523.059 meticais representa as obrigações corporativas emitidas pelo banco no final de 2019.

O banco emitiu as obrigações corporativas em 28 de Dezembro de 2018 por um período de 4 anos, sendo as taxas para os pagamentos dos primeiros dois cupões de 15%. Para o período remanescente a uma taxa variável ( MIMO – 1,25%).

### 24. Outros passivos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Credores e outros recursos	11 564 326	7 652 164
Credores por locações	43 031 585	-
Outros encargos a pagar	14 746 597	11 017 490
Outros	-	2 135 419
	<u><b>69 342 509</b></u>	<u><b>20 983 007</b></u>

### 25. Provisões

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Litígios	<u><b>4 862 832</b></u>	<u><b>2 604 144</b></u>

A movimentação da rubrica de provisões é apresentada no quadro abaixo:

	<b>Provisões para litígios</b>
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	2 604 144
Incrementos(Gastos do ano)	2 258 689
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>4 862 832</b>

## 26. Capital social e reservas

### 26.1 Capital social

A 31 de Dezembro de 2019, o capital social do Banco Mais encontra-se totalmente subscrito e realizado. Durante o ano, o capital social aumentou em 212.798.180 Meticais, através da emissão de 21.279.818 acções ordinárias, de 10 Meticais cada.

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

<b>2019</b>	<b>Número de acções</b>	<b>Valor nominal</b>	<b>Capital Social</b>	<b>% participação no capital</b>
<b>Shareholder</b>				
Bison Capital Holding Company Limited	81 279 818	10	812 798 176	55,56%
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31 289 788	10	312 897 880	21,39%
Africinvest Financial Sector Limited	28 213 020	10	282 130 200	19,29%
Gildo Dos Santos Lucas	2 726 876	10	27 268 760	1,86%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 899 299	10	18 992 990	1,30%
Outros	871 017	10	8 710 170	0,60%
	<b>146 279 818</b>		<b>1 462 798 176</b>	<b>100,00%</b>
<b>2018</b>				
	<b>Número de acções</b>	<b>Valor nominal</b>	<b>Capital Social</b>	<b>% participação no capital</b>
<b>Shareholder</b>				
Bison Capital Holding Company Limited	60 000 000	10	600 000 000	48,00%
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31 289 788	10	312 897 880	25,03%
Africinvest Financial Sector Limited	28 213 020	10	282 130 200	22,57%
Gildo Dos Santos Lucas	2 726 876	10	27 268 760	2,18%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 899 299	10	18 992 990	1,52%
Outros	871 017	10	8 710 170	0,70%
	<b>125 000 000</b>		<b>1 250 000 000</b>	<b>100,00%</b>

## 26.2 Reservas

As reservas são apresentadas como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reserva de reavaliação	24 315 806	25 069 334
Reservas legal	350 200	350 200
	<u><b>24 666 006</b></u>	<u><b>25 419 534</b></u>

## 27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Amortização e depreciação (notas 19, 20)	52 937 213	29 603 677
Imparidade líquida (nota 14)	32 250 794	286 384 264
Provisões líquidas	2 258 688	-
	<u><b>87 446 695</b></u>	<u><b>315 987 941</b></u>

## 28. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		<u>Outros ativos</u>
<b>Accionistas</b>		
Geocapital - Gestão de Participações	2019	9 792 960
	2018	9 792 960

## Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2019, os vencimentos do Conselho de Administração fixaram-se em 33.985.790 Meticais (2018: 42.101.012 Meticais).

## *29. Locações*

O Banco celebrou contractos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração de um a seis anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contractos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado.

A informação referente as locações que o banco possui seguem abaixo:

### *29.1. Activos de direito de uso*

Em 31 de Dezembro de 2019, os activos de direito de uso apresentavam a seguinte composição:

	<u>2019</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	52 215 107
Depreciação do ano	(9 013 418)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b><u>43 201 689</u></b>

### *29.2. Passivo total descontado*

Em 31 de Dezembro de 2019, o passivo total descontado apresentava a seguinte composição:

	<u>2019</u>
Até 1 ano	7 726 430
Entre 1 e 5 anos	28 908 031
Mais de 5 anos	6 397 125
<b>Passivo total descontado - Locação</b>	<b><u>43 031 585</u></b>

Para o desconto de fluxos de Caixa foram utilizadas as seguintes taxas:

- Contratos em moeda nacional: MIMO + 1,5%;
- Contratos em moeda estrangeira: 6,4%(Libor 12 meses).

### *29.3. Reconhecimento na demonstração de resultados*

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados seguem abaixo:

	<u>2019</u>
Juros em locações - passivos	<u>7 352 757</u>

### *29.4. Fluxo de Caixa*

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxo de caixa seguem abaixo:

	<u>2019</u>
Total de pagamento reconhecido na demonstração de fluxo de caixa	<u>14 549 108</u>

~

### 30. Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b><i>Dinheiro em caixa</i></b>		
Moeda nacional (nota 10)	29 844 613	23 224 211
Moeda estrangeira (nota 10)	21 701 077	29 199 692
	<u>51 545 690</u>	<u>52 423 903</u>
<b><i>Saldos no Banco de Moçambique</i></b>		
Moeda nacional (nota 10)	277 033 433	163 224 809
Moeda estrangeira (nota 10)	30 976 960	27 111 160
	<u>308 010 393</u>	<u>190 335 969</u>
<b><i>Saldos em outras instituições de crédito</i></b>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 11)	108 712 550	79 799 826
	<u>108 712 550</u>	<u>79 799 826</u>
<b><i>Outras aplicações de curto prazo</i></b>		
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 12)	24 001 611	912 849 563
	<u>24 001 611</u>	<u>912 849 563</u>
Menos: Reservas obrigatórias no Banco de Moçambique (nota 10)	(199 997 269)	(272 471 824)
	<u><b>292 272 975</b></u>	<u><b>962 937 437</b></u>

### 31. Justo valor

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis;
- Nível 2: Outras técnicas de valorização para as quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente;
- Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data de relato. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e

vencimentos remanescentes. A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	107 009 701	-	107 009 701
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	211 352 868	-	211 352 868
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 134 412 686	-	1 134 412 686
Activos financeiros ao custo amortizado	-	208 778 753	-	208 778 753
	-	<b>1 661 554 008</b>	-	<b>1 661 554 008</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	91 160 508	-	91 160 508
Recursos de clientes	-	1 429 887 918	-	1 429 887 918
Outros empréstimos	-	55 322 079	-	55 322 079
	-	<b>1 576 370 505</b>	-	<b>1 576 370 505</b>
	-	<b>3 061 580 502</b>	-	<b>3 061 580 502</b>
<b>2018</b>				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros ao custo amortizado</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	116 370 476	-	116 370 476
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	401 146 758	-	401 146 758
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	979 514 655	-	979 514 655
Activos financeiros ao custo amortizado	-	251 614 082	-	251 614 082
	-	<b>1 748 645 972</b>	-	<b>1 748 645 972</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	93 158 642	-	93 158 642
Recursos de clientes	-	1 614 206 842	-	1 614 206 842
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	7 297 764	-	7 297 764
	-	<b>1 621 504 606</b>	-	<b>1 714 663 248</b>

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2019		2018	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
<b>Activos financeiros</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	108 712 550	97 648 927	79 799 826	70 135 196
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	24 001 611	21 558 979	912 849 563	802 293 516
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 435 389 621	1 289 310 717	1 149 913 978	1 010 646 843
Activos financeiros ao custo amortizado	184 744 812	165 943 422	405 885 618	356 728 440
	<b>1 752 848 594</b>	<b>1 574 462 044</b>	<b>2 548 448 985</b>	<b>2 239 803 995</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	100 530 577	89 162 374	10	9
Recursos de clientes	1 404 379 041	1 245 568 994	2 393 028 299	2 151 036 673
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	116 523 059	103 346 394	116 338 333	104 573 782
	<b>1 621 432 677</b>	<b>1 438 077 762</b>	<b>2 509 366 642</b>	<b>2 255 610 465</b>
	<b>187 372 211</b>	<b>192 340 576</b>	<b>97 833 513</b>	<b>42 942 681</b>

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos. O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação. Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, foi obtido através do método de fluxo de caixa descontado.
- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro a 11.33%. Os passivos financeiros são descontados através da MIMO a 12.75%.

## 32. Contingências

### Garantias

	2019	2018
Garantias bancárias	<u>435 833 532</u>	<u>393 247 388</u>

## 33. Gestão do Risco, objetivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminua. O risco de crédito que o banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades. Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo. A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

### Exposição máxima ao risco de crédito

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2019 e 2018 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

	Notas	2019	2018
Caixa e disponibilidade no Banco Central	10	359 556 083	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	108 712 550	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	24 001 611	912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1 435 389 621	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	15	184 744 812	405 885 618
Outros activos	16	111 215 031	55 516 648
<b>Total dos activos</b>		<b>2 229 947 259</b>	<b>2 853 053 058</b>
<b>Exposição ao risco de crédito relacionada com a demonstração da posição financeira</b>			
Garantias bancárias		435 833 532	393 247 388
		<b>435 833 532</b>	<b>393 247 388</b>
<b>Exposição total ao risco de crédito</b>		<b>2 665 780 791</b>	<b>3 246 300 446</b>

### Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

	2019				2018
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Rating interno					
Médio	1 405 828 566	-	-	1 405 828 566	1 121 692 380
Vencido e não em imparidade	-	16 332 252	-	16 332 252	6 932 597
Vencido e em imparidade	-	-	229 018 541	229 018 541	223 533 485
<b>Total</b>	<b>1 405 828 566</b>	<b>16 332 252</b>	<b>229 018 541</b>	<b>1 651 179 359</b>	<b>1 352 158 461</b>

### Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra e reversão, dinheiro ou títulos. No corrente ano não houve reversões de transacção de recompra;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

2019	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito		Colateral líquido	Exposição líquida
		Caixa	Edifícios		
Caixa e disponibilidade no Banco Central	242 759 872	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	108 712 550	-	-	-	108 712 550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	24 001 611	-	-	-	24 001 611
Activos financeiros ao custo amortizado	184 744 812	-	-	-	184 744 812
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empresas	225 603 636	8 612 000	572 609 542	581 221 542	(355 617 905)
Particulares	1 114 915 347	-	99 730 182	99 730 182	1 015 185 165
Colaboradores	94 870 638	-	39 202 650	39 202 650	55 667 988
Outros activos	111 215 031	-	-	-	111 215 031
	<b>2 113 151 049</b>	<b>8 612 000</b>	<b>711 542 374</b>	<b>720 154 374</b>	<b>1 150 236 803</b>

2018

	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito		Colateral líquido	Exposição líquida
		Caixa	Edifícios		
Caixa e disponibilidade no Banco Central	359 556 083	-	-	-	359 556 083
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79 799 826	-	-	-	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	912 849 563	-	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao custo amortizado	405 885 618	-	-	-	405 885 618
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes					-
Empresas	445 581 455	15 691 318	187 725 508	203 416 826	242 164 629
Particulares	845 098 165	-	44 235 729	44 235 729	800 862 436
Colaboradores	61 478 840	-	13 331 469	13 331 469	48 147 371
Outros activos	55 516 648	-	-	-	55 516 648
	<b>3 172 093 750</b>	<b>15 691 318</b>	<b>245 292 706</b>	<b>260 984 024</b>	<b>2 911 109 726</b>

### Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

### Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros. A análise da concentração do risco de crédito por tipo de cliente apresenta-se como segue:

2018	Caixa e disponibilidades de no Banco Central	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	281 782 800	-	6 327 551	-	288 110 351
Particulares	-	-	-	868 131 178	-	-	-	868 131 178
Governo	242 759 872	-	-	-	305 885 618	-	-	548 645 491
Serviços financeiros	-	79 799 826	912 849 563	-	100 000 000	-	-	1 092 649 389
Outros activos	-	-	-	-	-	-	55 516 648	55 516 648
	<b>242 759 872</b>	<b>79 799 826</b>	<b>912 849 563</b>	<b>1 149 913 978</b>	<b>405 885 618</b>	<b>6 327 551</b>	<b>55 516 648</b>	<b>2 853 053 058</b>

2019	Caixa e disponibilidades de no Banco Central	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	225 603 636	-	6 327 551	-	231 931 188
Particulares	-	-	-	1 209 785 985	-	-	-	1 209 785 985
Governo	359 556 083	-	-	-	184 744 812	-	-	544 300 895
Serviços financeiros	-	108 712 550	24 001 611	-	-	-	-	132 714 161
Outros	-	-	-	-	-	-	111 215 031	111 215 031
	<b>359 556 083</b>	<b>108 712 550</b>	<b>24 001 611</b>	<b>1 435 389 621</b>	<b>184 744 812</b>	<b>6 327 551</b>	<b>111 215 031</b>	<b>2 229 947 259</b>

## Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário. O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 14% e 36% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado em moeda nacional e moeda estrangeira respectivamente. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para

com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

## Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2019	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	359 556 083	-	-	-	-	359 556 083
Disponibilidades em outras instituições de crédito	108 712 550	-	-	-	-	108 712 550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	12 029 675	8 412 538	-	-	20 442 213
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	229 157 423	296 321 541	750 206 460	159 704 197	1 435 389 621
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	184 744 812	-	184 744 812
Outros activos	-	111 215 031	-	-	-	111 215 031
<b>Total do activo</b>	<b>468 268 633</b>	<b>352 402 129</b>	<b>304 734 079</b>	<b>934 951 272</b>	<b>166 031 748</b>	<b>2 226 387 861</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	-	100 530 577	-	-	-	100 530 577
Recursos de clientes	542 265 637	365 257 061	496 856 342	-	-	1 404 379 041
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	116 523 059	-	116 523 059
Outros passivos	-	69 164 575	-	-	-	69 164 575
<b>Total do passivo</b>	<b>542 265 637</b>	<b>534 952 212</b>	<b>496 856 342</b>	<b>116 523 059</b>	<b>0</b>	<b>1 690 597 251</b>
<b>Excesso(Escassez) de liquidez</b>	<b>(73 997 004)</b>	<b>(182 550 083)</b>	<b>(192 122 264)</b>	<b>818 428 213</b>	<b>166 031 748</b>	<b>535 790 610</b>

2018

Activo	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	242 759 872	-	-	-	-	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	73 653 151	-	-	-	-	73 653 151
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	703 171 621	209 677 942	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	184 098 107	105 563 085	747 793 726	112 459 061	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	-	218 390 202	187 495 417	-	-	405 885 617
Outros activos	-	55 516 648	-	-	-	55 516 648
<b>Total do activo</b>	<b>316 413 023</b>	<b>1 161 176 578</b>	<b>502 736 444</b>	<b>747 793 726</b>	<b>118 786 612</b>	<b>2 846 906 382</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	-	10	-	-	-	10
Recursos de clientes	714 297 877	722 095 861	956 634 559	-	-	2 393 028 297
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	116 338 333	-	116 338 333
Outros passivos	-	9 787 583	-	-	-	9 787 583
<b>Total do passivo</b>	<b>714 297 877</b>	<b>731 883 454</b>	<b>956 634 559</b>	<b>116 338 333</b>	<b>-</b>	<b>2 519 154 223</b>
<b>Excesso(Escassez) de liquidez</b>	<b>(397 884 853)</b>	<b>429 293 124</b>	<b>(453 898 115)</b>	<b>631 455 393</b>	<b>118 786 612</b>	<b>327 752 159</b>

## Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações.

## Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos. O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensurados pela

quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O

Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

A tabela abaixo resume a exposição bruta do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2019:

**2019**

**Activos**

	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	359 556 083	359 556 083
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	108 712 550	108 712 550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12 029 675	8 412 538	-	-	20 442 213
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 551	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	229 157 423	296 321 541	909 910 657	-	1 435 389 621
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	184 744 812	-	184 744 812
Outros activos	111 215 031	-	-	-	111 215 031
<b>Total dos activos não descontados</b>	<b>352 402 129</b>	<b>304 734 079</b>	<b>1 094 655 469</b>	<b>474 596 184</b>	<b>2 220 060 310</b>

**Passivos**

Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	100 530 577	-	-	-	100 530 577
Recursos de clientes	365 257 061	496 856 342	-	542 265 637	1 404 379 041
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	116 523 059	-	116 523 059
Outros passivos	69 477 376	-	-	-	69 477 376
<b>Total dos passivos não descontados</b>	<b>535 265 013</b>	<b>496 856 342</b>	<b>116 523 059</b>	<b>542 265 637</b>	<b>1 690 910 052</b>
<b>Gap acumulado</b>	<b>(182 862 884)</b>	<b>(192 122 264)</b>	<b>978 132 410</b>	<b>(67 669 453)</b>	<b>529 150 258</b>

**2018**

**Activos**

	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	242 759 872	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79 799 826	-	-	-	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	703 171 621	209 677 942	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	184 098 107	105 563 085	860 252 786	-	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	218 390 202	187 495 417	-	-	405 885 618
Outros activos	-	-	-	55 516 648	55 516 648
<b>Total dos activos não descontados</b>	<b>1 185 459 756</b>	<b>502 736 444</b>	<b>860 252 786</b>	<b>304 604 072</b>	<b>2 853 053 057</b>

**Passivos**

Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	10	-	-	-	10
Recursos de clientes	722 095 861	956 634 559	-	714 297 877	2 393 028 297
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	116 338 333	-	116 338 333
Outros passivos	-	-	-	20 805 073	20 805 073
<b>Total dos passivos não descontados</b>	<b>722 095 871</b>	<b>956 634 559</b>	<b>116 338 333</b>	<b>735 102 950</b>	<b>2 530 171 713</b>
<b>Gap acumulado</b>	<b>463 363 885</b>	<b>(453 898 115)</b>	<b>743 914 453</b>	<b>(430 498 878)</b>	<b>322 881 344</b>

A sensibilidade em lucros ou prejuízos da alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável é a seguinte:

	<u>Varição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado após imposto</u>
<b>2019</b>	+50pb	(1 767 756)
	-50pb	1 767 756
<b>2018</b>	+50pb	78 967
	-50pb	(78 967)

### Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior. O lucro antes do imposto em 31 de Dezembro de 2019 sofreria um aumento em cerca de 273.183 Meticais (em 31 de Dezembro de 2018, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 58.947 Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio). Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou no capital próprio, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e no capital próprio. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

<u>Moeda</u>	<u>Posição líquida</u>	<u>Taxa de câmbio</u>	<u>Varição da taxa de câmbio %</u>	<u>Impacto no resultado</u>
US Dollar	33 775 772	61,47	-17%	(94 954)
Euro	9 214 898	68,89	-6%	(7 937)
ZAR	9 345 937	4,37	-8%	(168 625)
GBP	1 435 466	80,72	-9%	(1 667)
				<b>(273 183)</b>

**31-dez-18**

<b>Moeda</b>	<b>Posição líquida</b>	<b>Taxa de câmbio</b>	<b>Varição da taxa de câmbio %</b>	<b>Impacto no resultado</b>
US Dollar	(37 978 886)	61,47	4%	(25 648)
Euro	2 818 004	70,25	-1%	(255)
ZAR	1 327 203	4,28	-11%	(33 016)
GBP	109 340	78,1	-2%	(27)
				<b>(58 947)</b>

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2019. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

<b>2019</b>	<b>MZN</b>	<b>USD</b>	<b>EUR</b>	<b>ZAR</b>	<b>GBP</b>	<b>Total</b>
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	293 540 479	61 286 940	4 048 357	457 115	223 191	359 556 082
Disponibilidades em outras instituições de crédito	63 764 481	11 862 430	25 431 970	6 441 395	1 212 275	108 712 550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	24 001 611	-	-	-	-	24 001 611
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 432 340 027	3 049 594	-	-	-	1 435 389 621
Activos financeiros ao custo amortizado	184 744 812	-	-	-	-	184 744 812
Outros activos	118 419 432	544 188	2 071 316	-	-	121 034 937
	<b>2 123 138 393</b>	<b>76 743 153</b>	<b>31 551 643</b>	<b>6 898 510</b>	<b>1 435 466</b>	<b>2 239 767 165</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	100 530 577	-	-	-	-	100 530 577
Recursos de clientes	1 340 599 408	44 017 387	19 565 247	232 000	-	1 404 414 041
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	116 523 059	-	-	-	-	116 523 059
Outros passivos	63 063 366	3 151 333	3 262 677	-	-	69 477 376
	<b>1 620 716 410</b>	<b>47 168 720</b>	<b>22 827 924</b>	<b>232 000</b>	<b>-</b>	<b>1 690 945 052</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>502 421 983</b>	<b>29 574 433</b>	<b>8 723 719</b>	<b>6 666 511</b>	<b>1 435 466</b>	<b>548 822 114</b>
<b>2018</b>	<b>MZN</b>	<b>USD</b>	<b>EUR</b>	<b>ZAR</b>	<b>GBP</b>	<b>Total</b>
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	181 892 940	51 121 132	8 151 844	1 484 616	109 340	242 759 872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11 035 517	68 764 309	-	-	-	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	912 849 563	-	-	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 149 913 978	-	-	-	-	1 149 913 978
Activos financeiros ao custo amortizado	405 885 618	-	-	-	-	405 885 618
Outros activos	65 786 062	10 819 818	812 973	-	-	77 418 853
	<b>2 733 691 230</b>	<b>130 705 259</b>	<b>8 964 817</b>	<b>1 484 616</b>	<b>109 340</b>	<b>2 874 955 261</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	10	-	-	-	-	10
Recursos de clientes	2 218 039 928	168 684 145	6 146 813	157 414	-	2 393 028 299
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	116 338 333	-	-	-	-	116 338 333
Outros passivos	20 805 073	-	-	-	-	20 805 073
	<b>2 355 183 344</b>	<b>168 684 145</b>	<b>6 146 813</b>	<b>157 414</b>	<b>-</b>	<b>2 530 171 716</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>378 507 885</b>	<b>(37 978 886)</b>	<b>2 818 004</b>	<b>1 327 203</b>	<b>109 340</b>	<b>344 783 545</b>

## Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

## Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio;
- e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 11%. A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Fundos próprios de base (Tier I)</b>		
Capital social	1 462 798 176	1 250 000 000
Resultados transitados	(581 440 357)	(730 105 117)
Activos intangíveis	(76 405 527)	(74 169 675)
Insuficiência de provisões	(14 595 689)	-
<b>Total dos fundos próprios de base (Tier I)</b>	<u>790 356 604</u>	<u>445 725 208</u>
<b>Fundos próprios complementares (core Tier II)</b>		
Outros	19 582 909	19 533 700
<b>Total dos fundos próprios complementares (core Tier II)</b>	<u>19 582 909</u>	<u>19 533 700</u>
<b>Fundos próprios elegíveis (Tier I and Tier II)</b>	<u><b>809 939 513</b></u>	<u><b>465 258 908</b></u>
<b>Activos ponderados pelo risco (RWA)</b>		
Activos do balanço	1 796 128 021	1 855 702 430
Activos fora do balanço	217 913 693	173 392 440
Riscos operacional e de mercado	101 916 772	109 162 010
<b>Total dos activos ponderados pelo risco</b>	<u><b>2 115 958 485</b></u>	<u><b>2 138 256 880</b></u>
<b>Rácios prudenciais</b>		
Core Tier I	37,35%	20,85%
Core Tier II	0,93%	0,91%
Rácio de solvabilidade	38,28%	21,76%
Rácio de solvabilidade mínimo exigido	11,00%	9,00%

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

### ***34. Acontecimentos após a data de balanço***

#### ***Epidemia do Covid-19***

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do Coronavírus COVID-19 como sendo uma pandemia. Muitos governos estão a tomar medidas cada vez mais rigorosas para ajudar a conter a propagação do vírus, incluindo: a exigência de auto-isolamento/quarentena das pessoas potencialmente afectadas, a implementação das medidas de distanciamento social e o controlo ou encerramento de fronteiras e o "encerramento" de cidades/regiões ou mesmo de países inteiros. A pandemia é um desafio sem precedentes para a humanidade e para a economia mundial,

e na data da finalização das demonstrações financeiras os seus efeitos estão sujeitos a níveis significativos de incerteza. O impacto do coronavírus será monitorado de perto e avaliado quanto ao seu impacto sobre o negócio.

O Banco tomou uma série de medidas e implementou planos de contingência para mitigar o impacto negativo da pandemia do Coronavírus. O plano de resposta abrange respostas operacionais e de risco de crédito para garantir que o Banco poderá operar e servir os seus clientes. Poderá haver efeitos adversos na avaliação de alguns instrumentos financeiros, uma vez que os mercados accionistas mundiais sofrem choques negativos e volatilidade. O Banco continua a monitorar os mercados para ser proactivo na manutenção de rácios adequados de adequação de capital.

No entanto, há uma grande probabilidade de que esta pressão contínua sobre os mercados globais, como resultado da pandemia da COVID-19, leve a perdas de mercado significativas não concretizadas. Face ao exposto, a Administração reavaliou a adequação do uso do pressuposto de continuidade na preparação destas demonstrações financeiras. Com base na avaliação efectuada, a

Administração é de opinião que a dúvida significativa associada às actuais incertezas relacionadas ao vírus COVID-19 não resulta actualmente em incerteza material relacionada a tais eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar a ser um Banco em actividade. O Conselho de Administração concorda com esta avaliação.

### *35. Novos pronunciamentos contabilísticos*

#### **Adopção de Normas novas e revistas**

Durante o presente exercício, o Banco adoptou todas as normas e interpretações novas e revistas emitidas pelo IASB e pelo IFRS-IC que são relevantes para as suas operações e efectivas para o período de relato anual com início em 1 de Janeiro de 2019. Além dos pormenores que constam na

nota 3, a adopção destas normas e interpretações novas e revistas não resultou em alterações significativas às políticas contabilísticas do Banco.

O Banco adoptou as seguintes normas, interpretações e normas alteradas durante o exercício:

IFRS 16	<i>Locações</i> - substitui as anteriores normas contabilísticas e elimina a classificação das locações operacionais ou como locações financeiras para os locatários. A Norma introduz um contabilístico único, que reconhece todas as locações na demonstração da posição financeira.
IFRIC 23	<i>Incerteza na Contabilização dos Impostos sobre o Rendimento</i> - Interpretação que esclarece a contabilidade das incertezas ao nível dos impostos sobre o rendimento.
IAS 19	<i>Benefícios dos Empregados</i> - Emendas para esclarecer a determinação do custo do serviço corrente liquidados no caso de ocorrer uma emenda, corte ou liquidação do plano de benefícios definidos, bem como o efeito do limite máximo dos activos na emenda, corte ou liquidação de um plano.

### Novos pronunciamentos contabilísticos (continuação)

#### Normas Internacionais de Relato Financeiro novas e revistas emitidas, mas ainda não entraram em vigor

Na data da autorização das presentes demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações já tinham sido emitidas, mas ainda não tinham entrado em vigor:

Norma	Períodos anuais com início em ou após	
IFRS 3	<i>Concentrações de Actividades Empresariais</i> - As emendas às definições compreendidas no anexo à IFRS 3 destinam-se a ajudar as entidades a determinar se uma aquisição deverá ser contabilizada como uma concentração de actividades empresariais ou como uma aquisição de activos. A definição alterada sublinha que a actividade de uma empresa consiste em fornecer bens e serviços aos clientes, enquanto que a definição anterior se centrava nos retornos sob a forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios económicos para os investidores e outros.	Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2020
IAS 1 e 8	Classificação dos passivos como correntes ou não correntes - As emendas destinam-se a ajudar as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (vencidos ou com liquidação prevista para um período até um ano) ou não correntes. As emendas incluem a clarificação dos requisitos de classificação das dívidas	1 de Janeiro de 2020

que uma empresa pode liquidar mediante a respectiva conversão em capital próprio.

IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7	<p>As emendas à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 foram agora emitidas para tratar as incertezas relacionadas com a reforma em curso das taxas interbancárias de oferta (IBOR). As emendas proporcionam uma ajuda específica para os instrumentos financeiros que se qualificam para a contabilidade de cobertura, no processo de reforma das IBOR.</p> <p>As emendas abordam questões que afectam o relato financeiro no período que antecede a reforma das IBOR, são obrigatórias e aplicam-se a todas as relações de cobertura directamente afectadas pelas incertezas relacionadas com a reforma das IBOR.</p>	1 de Janeiro de 2020
IFRS 17	<p>A IFRS 17 substitui ao IFRS 4 Contratos de Seguros e visa aumentar a comparabilidade e a transparência ao nível da rentabilidade. A nova norma introduz um novo modelo abrangente ("modelo geral") para o reconhecimento e mensuração de passivos resultantes de contratos de seguro. Além disso, inclui uma abordagem simplificada e modificações no modelo de mensuração geral que pode ser aplicado em determinadas circunstâncias e a contratos específicos, tais como: Contratos de resseguro detidos; contratos de participação directa; e contratos de investimento com características de participação discricionária.</p>	1 de Janeiro de 2021
IFRS 10 e emenda à IAS 28	<p>As emendas exigem que o ganho total seja reconhecido quando os activos transferidos entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto se enquadram na definição de "actividade empresarial" nos termos da IFRS 3 Concentrações de Actividades Empresariais. Quando os activos transferidos não correspondem à definição de actividade empresarial, é reconhecido um ganho parcial até ao ponto dos interesses não relacionados da investidora na associada ou empreendimento conjunto. A definição de "actividade empresarial é fundamental para determinar a extensão do ganho a reconhecer.</p>	Diferido indefinidamente

O Banco está a avaliar o impacto potencial que a adopção destas normas e interpretações poderá ter no seu desempenho financeiro futuro ou na divulgação de informações nas demonstrações financeiras anuais.

## 07. OPINIÃO DO AUDITOR EXTERNO



KPMG Auditores e Consultores, SA  
Edifício KPMG  
Rua 1.233, Nº 72C  
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200  
Telefax: +258 (21) 313 358  
Caixa Postal, 2451  
Email: [mz-fminformation@kpmg.com](mailto:mz-fminformation@kpmg.com)  
Web: [www.kpmg.com/mz](http://www.kpmg.com/mz)

### Relatório dos Auditores Independentes

#### Para os Accionistas da Banco Mais SA

##### *Opinião*

Auditamos as demonstrações financeiras do Banco Mais, SA (o "Banco") constantes nas páginas 7 a 75, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019 e a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Mais, SA em 31 de Dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

##### *Base para a opinião*

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas em pormenor na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA) e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas nos termos destes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### **Ênfase – Injeção capital social**

Chamamos atenção a nota 34 das demonstrações financeiras que descreve os planos da Administração para atingir os níveis exigidos de capital social mínimo à 30 de Junho de 2020.

A nossa opinião não é modificada em relação a essa matéria.

##### *Outras informações*

Os administradores são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem a declaração de responsabilidade dos Administradores e o relatório de gestão. As outras informações não incluem as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange as outras informações e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre as mesmas.



Em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade consiste em ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar sobre se as outras informações são materialmente inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se, de outra forma, parecem conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material nestas outras informações, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

***Responsabilidades dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras***

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e por um sistema de controlo interno que determinem ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções, devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam dissolver o Banco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão fazê-lo.

***Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras***

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISA detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.

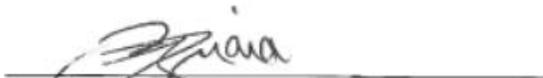


- Concluímos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório dos auditores, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Banco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

**KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014**

Representada por:



Abel Jone Guaiaguara 04/CA/OCM/2012

Sócio

30 de Abril de 2020

## 08. OPINIÃO DO FISCAL ÚNICO



Caixa Postal 4318  
Maputo  
Moçambique

Deloitte & Touche  
(Moçambique) Lda  
Chartered Accountants and  
Management Consultants  
Registration No: 5917  
Rua dos Desportistas, 833  
Predio JAT V-1 3 Andar  
  
Tel: +258 21320955  
Tel: +258 21430594  
Tel: +258 20600100  
contact@deloitte.co.mz  
www.deloitte.com

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Acionistas do Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**

Na qualidade de fiscal único do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**, uma sociedade anónima de direito moçambicano, com o capital social de ( 1 462 798 176 (Um bilião, quatrocentos e sessenta e dois milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e setenta e seis Meticais), matriculada junto da Conservatória de Registo das Entidades Legais, sob o número 100053209 (um, zero, zero, zero, cinco, três, dois, zero, nove), e titular do número único de identificação tributária (NUIT) 500001070, cumpre dar o parecer sobre o balanço e contas da referida sociedade referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, bem como sobre o relatório da administração da sociedade referente ao mesmo exercício, documentos estes que nos foram apresentados pela respectiva administração.

#### Relatório

O Fiscal Único e signatário do presente parecer, acompanhou com regularidade e extensão considerada razoável para as circunstâncias a evolução do Banco e procedeu aos exames, apreciações, verificações da regularidade dos seus registos e observância das normas e regulamentos aplicáveis com base na informação prestada pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira e de gestão do risco, bem como a informação fornecida pelos Auditores Externos, tendo, sempre que solicitado, merecida a colaboração do Conselho de Administração do Banco.

O Fiscal Único efectuou reuniões com a administração e demais direções do Banco de modo a acompanhar as respectivas actividades e avaliar a adequacidade e eficácia dos sistemas de controlo interno do Banco.

Pag. 1 de 3

O Fiscal Único examinou o Balanço do Banco e a Demonstração de Resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2019, e conclui que as mesmas apresentam-se de forma apropriada e satisfazem os requisitos legais, assim como contêm as menções obrigatórias, deles contando todos os elementos indispensáveis.

O activo total líquido do Banco e os seus capitais próprios, foram calculados conforme as regras do Banco de Moçambique, totalizando respectivamente 2 613 053 565 Meticais (Dois biliões, seicentos e treze milhões, cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco Meticais) e 906 023 825 Meticais (Novecentos e seis milhões, vinte e três mil, oitocentos e vinte e cinco Meticais) o que representa uma redução de 15.4% nos activos e um aumento substancial nos capitais próprios de 66.3%.

Os resultados líquidos do Banco atingiram 146 667 416 Meticais (Cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e dezasseis Meticais) notando-se um crescimento substancial comparativamente ao prejuízo do anterior que eram 271 679 508 Meticais (Duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oito Meticais).

O Fiscal Único apreciou, de igual modo, o Relatório dos Auditores Externos, KPMG, S.A. relativo às demonstrações financeiras do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio ao Investimento, S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceu a sua concordância.

O Fiscal Único obteve informação da Administração em relação aos impactos da pandemia COVID-19 e do processo em curso com vista à adequação do capital social do Banco aos requisitos do Aviso n.º 7/GBM/2017, de 3 de Abril.

#### **Parecer**

Faça ao exposto acima, o fiscal único considera que as demonstrações financeiras e o relatório de Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro 2019, estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato

Financeiro e demais disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

Maputo, 29 de Abril de 2020

  
**Deloitte.**

(Assinado por Zacaria Fakir em representação da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda)

Na qualidade de Fiscal Único do **BANCO MAIS - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**

## 09. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM A CIRCULAR nº3/SHC/2007

MODELO III

Balço - Contas Individuais (Activo)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2019			2018
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
<b>Activo</b>					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	359 556 083		359 556 083	242 759 872
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	108 712 549		108 712 549	79 799 826
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação				
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 327 551		6 327 551	6 327 551
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	1 674 647		1 674 647	9 143 883
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	24 032 844		24 032 844	912 849 563
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	1 654 188 332	215 789 738	1 438 398 594	1 152 996 061
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	181 493 177		181 493 177	393 394 785
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra				
21	Derivados de cobertura				
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	65 026 963		65 026 963	
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento				
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	317 607 870	106 875 130	210 732 741	134 380 334
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	173 176 945	96 771 419	76 405 527	74 169 675
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
300	Activos por impostos correntes	21 121 169		21 121 169	5 480 409
301	Activos por impostos diferidos				
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	123 306 017		123 306 017	75 967 191
	<b>Total de activos</b>	<b>3 036 224 149</b>	<b>419 436 287</b>	<b>2 616 787 862</b>	<b>3 087 269 152</b>

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

MODELO III (PASSIVO)

Balço - Contas Individuais (Passivo)

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2019	2018
	<b>Passivo</b>			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		622 448	
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação			
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		99 908 129	10
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		1 404 295 478	2 392 905 984
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos		116 523 059	116 338 333
44	Derivados de cobertura			
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas			
47	Provisões		5 040 766	2 782 078
490	Passivos por impostos correntes			
491	Passivos por impostos diferidos		12 200 614	11 067 670
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital			
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados			
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		72 173 543	19 210 860
	<b>Total de Passivo</b>		1 710 764 037	2 542 304 935
	<b>Capital</b>			
55	Capital		1 462 798 176	1 250 000 000
602	Prémios de emissão			
57	Outros instrumentos de capital			
- 56	(Acções próprias)			
58 + 59	Reservas de reavaliação		24 315 805	25 069 333
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		-727 757 572	-458 425 608
64	Resultado do exercício		146 667 416	-271 679 509
- 63	(Dividendos antecipados)			
	<b>Total de Capital</b>		906 023 825	544 964 216
	<b>Total de Passivo + Capital</b>		2 616 787 862	3 087 269 151

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2019	2018
79 + 80	Juros e rendimentos similares		536 591 192	456 502 577
66 + 67	Juros e encargos similares		207 890 810	240 955 805
	<b>Margem financeira</b>		328 700 382	215 546 772
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81	Rendimentos com serviços e comissões		31 227 870	33 772 615
68	Encargos com serviços e comissões		13 570 243	10 913 729
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		58 181 520	47 678 682
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos			
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		86 084 297	-13 299 797
	<b>Produto bancário</b>		490 623 826	272 784 543
70	Custos com pessoal		138 789 046	124 958 481
71	Gastos gerais administrativos		118 181 739	103 978 701
77	Amortizações do exercício		52 937 213	29 603 677
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		2 258 688	
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		32 250 795	286 384 264
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	<b>Resultados antes de impostos</b>		146 206 347	-272 140 580
	Impostos			
65	Correntes		461 072	461 072
74 - 86	Diferidos			
640	<b>Resultados após impostos</b>		146 667 417	-271 679 509
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.